

Notícias da OTAN

VERÃO 2001
500\$00

O desafio da manutenção da paz



Entrevista do
General Sir Rupert
Smith

páginas 24-25



Mulheres
em uniforme

páginas 30-33

Publicada sob a autoridade do Secretário-Geral da OTAN, esta revista tem por finalidade contribuir para um debate construtivo das questões atlânticas. Portanto, os artigos não representam necessariamente a opinião oficial ou a política dos governos membros ou da OTAN.

DIRECTOR: António Borges de Carvalho
CHEFE DE REDACÇÃO: Christopher Bennett
ADJUNTA DO CHEFE DE REDACÇÃO: Vicki Nielsen
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO: Felicity Breeze
MAQUETA: Estúdio Gráfico da OTAN

Editor: Director of Information and Press
NATO, 1110 Brussels, Belgium
Impressa em Portugal por Mirandela, S.A.
© NATO

revieweditor@hq.nato.int
publications@hq.nato.int

Os artigos podem ser reproduzidos depois de ter sido obtida a autorização da Redacção e desde que seja mencionada a sua origem. A reprodução de artigos assinados deve referir o nome do autor.

A *Notícias da OTAN* é publicada periodicamente em português, bem como em alemão (*NATO Brief*), checo, dinamarquês (*NATO Nytt*), espanhol (*Revista de la OTAN*), francês (*Revue de l'OTAN*), grego (*Deltio NATO*), holandês (*NAVO Kroniek*), húngaro (*NATO Tükör*), inglês (*NATO Review*), italiano (*Rivista della NATO*), norueguês (*NATO Nytt*), polaco (*Przegląd NATO*) e turco (*NATO Dergisi*). É publicado um número por ano em islandês (*NATO Fréttir*) e ocasionalmente são também publicados números em russo e ucraniano.

A *Notícias da OTAN* é também publicada na Internet em www.nato.int/docu/review.htm.

Os pedidos referentes a esta revista devem ser dirigidos ao:

NATO Office of Information and Press
1110 Brussels, Belgium
Fax: (32-2) 707 1252
E-MAIL: distribution@hq.nato.int

ou à

Comissão Portuguesa de Atlântico
Avenida Infante Santos, 42, 6.º
1300 Lisboa
Tel.: 21 390 59 57

Nesta publicação, todas as referências à Ex-República Jugoslava da Macedónia são assinaladas com um asterisco (*), a que corresponde a seguinte nota de rodapé:

A Turquia reconhece a República da Macedónia com o nome constitucional.

sumário

ACTUALIDADES DA OTAN

4

Notícias da Aliança.

O DESAFIO DA MANUTENÇÃO DA PAZ

6

O passado e o presente da manutenção da paz

Espen Barth Eide analisa a evolução da manutenção da paz desde o fim da Guerra Fria.



9

Associar a prontidão para o combate com o bem-estar

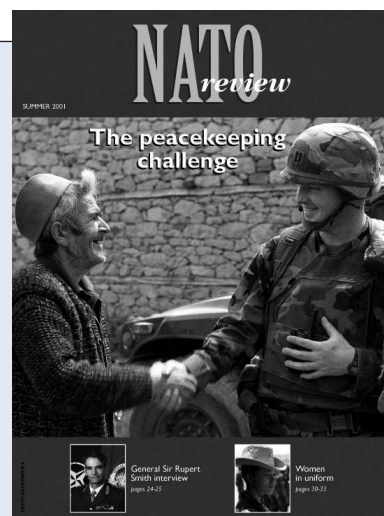
Chris Bellamy considera que a manutenção da paz não é de certeza uma actividade para fracoss.



12

Ensinamentos colhidos

David Lightburn compara as maneiras como a OTAN e as Nações Unidas estão a aplicar os ensinamentos colhidos nos Balcãs.



© Nick Stidle — Allied Mouse and Hearstone

NA CAPA

Soldado da paz da OTAN cumprimenta um refugiado kosovar albanês de regresso a casa.

DEBATE

16

Podem os militares ser ao mesmo tempo soldados da paz e combatentes?

BILL NASH VS JOHN HILLEN

Devem as tropas de combate ser incumbidas de operações de manutenção da paz?

Isto enfraquecerá a sua aptidão para o combate?

CRÍTICA LITERÁRIA

21

A história actual

Jamie Shea passa em revista cinco livros que já foram publicados sobre a campanha da OTAN no Kosovo.

ENTREVISTA

24

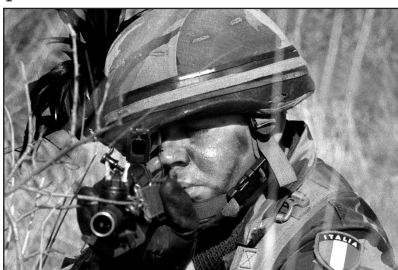
General Sir Rupert Smith: DSACEUR

ESPECIAL

26

Aumento da contribuição da Itália

Carlo Scognamiglio-Pasini explica como a Itália expandiu o seu papel nas operações de manutenção da paz nos Balcãs.



28

A reforma das forças armadas da Polónia

Bronislaw Komorowski expõe o programa de reforma das forças armadas da Polónia.

ASSUNTOS MILITARES

30

Mulheres em uniforme

Vicki Nielsen examina a integração das mulheres nas forças armadas da OTAN



ESTATÍSTICAS

34

Mulheres nas forças da OTAN

Operações de manutenção da paz

editorial

O último número da Notícias da OTAN com o novo aspecto voltou a provocar muita correspondência, incluindo pedidos de uma página de cartas dos leitores. Em resposta, isto será incluído no futuro. Desta vez, o tema central é a manutenção da paz, uma área em que a Aliança se tem crescentemente envolvido nos últimos anos. Espen Barth Eide, Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros norueguês, analisa a evolução da manutenção da paz desde o fim da Guerra Fria. Christopher Bellamy, professor de ciência e doutrina militar na Cranfield University, considera que a manutenção da paz não é de certeza uma actividade para fracacos. E David Lightburn do Pearson Peacekeeping Center compara as maneiras como a OTAN e as Nações Unidas estão a aplicar os ensinamentos colhidos nos Balcãs. No debate, Bill Nash, director do Centro de Acção Preventiva do Council on Foreign Relations, e John Hillen, consultor de segurança da campanha eleitoral do Presidente dos EUA George W. Bush, debatem a questão de saber se os militares podem ou não ser ao mesmo tempo soldados da paz e combatentes. Este assunto é novamente analisado na entrevista, em que, entre outros assuntos, o general Sir Rupert Smith, Adjunto do Comandante Supremo Aliado da Europa, exprime a sua opinião sobre as tarefas apropriadas para os militares nas operações de manutenção da paz. Na crítica literária, Jamie Shea, director do Gabinete de Informação e Imprensa da OTAN, passa em revista cinco livros que já foram publicados sobre a campanha da Aliança no Kosovo. Carlo Scognamiglio-Pasini, um antigo ministro da defesa italiano, explica a expansão do papel da Itália nas operações de manutenção da paz nos Balcãs. E Bronislaw Komorowski, Ministro da Defesa da Polónia, apresenta o programa de reforma militar do seu país. Por fim, 25 anos depois do reconhecimento formal do Comité sobre as Mulheres nas Forças da OTAN, Vicki Nielsen, Adjunta do Chefe de Redacção da Notícias da OTAN, examina a medida em que as mulheres foram integradas nas forças da OTAN. Estatísticas mostrando o número de mulheres nas forças da OTAN e nas operações de manutenção da paz encerram o presente número.

Christopher Bennett



Vagas na OTAN

Os nacionais dos países da OTAN podem concorrer a todos os cargos do Secretariado Internacional da OTAN.

Os detalhes das vagas, procedimentos e minutas dos concursos estão disponíveis no sítio Web da OTAN em:

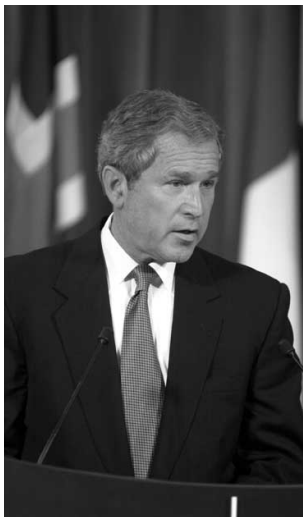
<http://www.nato.int/structur/recruit/index.htm>

ACTUALIDADES DA OTAN

A 20 de Junho, os **Embaixadores na OTAN** concordaram em princípio com um pedido do Presidente **Boris Trajkovski** da **Ex-República Jugoslava da Macedónia*** de ajuda da OTAN para desmilitarizar os extremistas de etnia albanesa, na condição de as partes prosseguirem com êxito o diálogo político e cessarem as hostilidades. Foram dadas instruções para ser elaborado um Plano Operacional nesta base.

O Secretário-Geral da OTAN **Lord Robertson** visitou **Skopje**, na Ex-República Jugoslava da Macedónia*, a 14 de Junho para se reunir com o Presidente **Boris Trajkovski** e o Primeiro-ministro **Ljubco Georgievski** e outras importantes personalidades políticas para conversações sobre como pôr fim à rebelião dos extremistas de etnia albanesa.

Visita do presidente Bush



Os **Chefes de Estado e de Governo** da Aliança reuniram-se na OTAN a 13 de Junho para uma sessão especial do Conselho do Atlântico Norte durante a primeira visita oficial do Presidente dos EUA **George W. Bush** à Europa. Os debates cobriram todas as questões essenciais da agenda da OTAN, incluindo a defesa antimísil. Sobre a questão do futuro alargamento, os Aliados esperam convidar países candidatos a aderir à Aliança na Cimeira de Praga em 2002.

Os **Comités Militares da União Europeia** e da **OTAN** reuniram-se formalmente pela primeira vez na OTAN a 12 de Junho para troca de informações sobre questões práticas relacionadas com o desenvolvimento da cooperação UE-OTAN em matéria de segurança.

O **Comité sobre as Mulheres nas Forças da OTAN** comemorou o seu 25.º aniversário numa reunião de 10 a 15 de Junho, que foi excepcionalmente realizada em **Roma**, Itália, para assinalar a primeira incorporação nas Forças Armadas Italianas de recrutas femininas no ano passado.

Os **Ministros da Defesa** dos países membros da OTAN e dos países Parceiros juntaram-se em **Bruxelas** para a sua reunião semestral a 7 e 8 de Junho. Os principais itens de debate foram o desenvolvimento das relações UE-OTAN, a implementação da Iniciativa das Capacidades de Defesa, a defesa antimísil e a crise na Ex-República Jugoslava da Macedónia*.

O Presidente da Arménia **Robert Kocharian** esteve na OTAN a 6 de Junho para se reunir com **Lord Robertson**. Debateram a continuada parceria da Arménia com a OTAN bem como a tensão no Azerbaijão por causa do Nagorni-Carabague.

Quase uma centena de generais esteve no **Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa** (SHAPE) para a conferência anual organizada pelo Comandante Supremo Aliado na Europa (SACEUR) **general Joseph W. Ralston** a 5 e 6 de Junho. Dois temas fundamentais foram o Conceito Estratégico da OTAN de 1999 e as suas consequências para as forças e as capacidades, e uma avaliação das operações da OTAN nos Balcãs.

14 países membros da OTAN e Parceiros participaram no **Exercício Baltops 2001**, uma operação de apoio da paz no mar Báltico de 1 a 18 de Junho.

Em 1 e 2 de Junho, **Lord Robertson** visitou **Roma**, Itália, para assistir à parada militar anual da Itália e para se reunir com o Presidente **Carlo Azeglio Ciampi**, o Ministro da Defesa cessante **Sérgio Mattarella** e o Primeiro-ministro designado **Silvio Berlusconi**.

Ministros em Budapeste
Os **Ministros dos Estrangeiros** dos países da OTAN e Parceiros estiveram em **Budapeste**, Hungria, a 29 e 30 de Maio, para a sua reunião regular da Primavera. Os debates centraram-se nas actuais tensões na Ex-República Jugoslava da Macedónia*, nos acontecimentos dos Balcãs, na cooperação UE-OTAN e nos novos desafios



enfrentados pela Aliança, bem como no reforço das parcerias da OTAN e nas relações da Aliança com a Rússia e a Ucrânia

Lord Robertson visitou **Dubrovnik**, Croácia, a 31 de Maio onde fez uma conferência sobre *As grandes etapas da integração europeia: promover a paz e a prosperidade no Sueste Europeu*.

A questão do alargamento da OTAN dominou os debates da reunião da Primavera da **Assembleia Parlamentar da OTAN** realizada em **Vilna**, Lituânia, de 27 a 31 de Maio.

Numa declaração feita a 24 de Maio, **Lord Robertson** condenou vivamente as recentes acções de grupos extremistas na **Ex-República Jugoslava da Macedónia***, particularmente a continuação da sua presença em várias aldeias ocupadas e os seus ataques às forças de segurança do governo.

Abertura da zona tampão
O regresso faseado das **forças de segurança jugoslavas e sérvias** ao sector B da **Zona de Segurança Terrestre**, a zona tampão entre a Sérvia e o Kosovo, começou a 24 de Maio.

O **Conselho da Associação do Tratado do Atlântico** (ATA) realizou a sua reunião anual na OTAN a 21 de Maio, tendo **Lord Robertson** feito uma exposição sobre as principais questões da agenda da OTAN. O **Comité da Educação da ATA** reuniu-se no dia seguinte para debater a forma como as organizações nacionais podem explicar as questões de segurança às audiências mais jovens.

O **SACLANT** reúne-se com o **SACEUR**
O Comandante Supremo Aliado do Atlântico, **general William F. Kernan**, fez a sua primeira visita ao **SHAPE** a 16 e 17 de Maio de 2001 para se reunir com o **SACEUR**, **General Joseph W. Ralston**, e os seus colaboradores.

Lord Robertson reuniu-se com o presidente albanês **Rexhep Meidani**, o Primeiro-ministro **Ilir Meta**, o Ministro dos Estrangeiros **Paskal Milo** e o Ministro da Defesa **Ishmail Lleshi** em **Tirana**, Albânia, onde debateram os acontecimentos na região e a reforma da defesa.

O Primeiro-ministro croata **Ivica Racan** reuniu-se com **Lord Robertson** na OTAN e pronunciou uma alocução perante os **Embaixadores na OTAN** a 16 de Maio. Debateram a contribuição da Croácia para a estabilidade regional bem como o programa de reforma política lançado pelo governo há um ano.

Entre 15 e 26 de Maio, sete países da OTAN participaram no exercício **Damsel Fair 2001**, que teve lugar na **baía de Kusadasi**, na costa da Turquia, visando o treino de todos os aspectos do planeamento, execução e análise das operações de guerra de minas.



Os **Chefes de Estado-Maior** da OTAN efectuaram uma série de reuniões na OTAN entre eles e com os seus homólogos dos países Parceiros a 15 e 16 de Maio. Os temas principais incluíram a manutenção da paz nos Balcãs, a situação na Ex-República Jugoslava da Macedónia*, o desenvolvimento das relações UE-OTAN, a análise da estrutura de forças da OTAN e a aquisição dum sistema de vigilância ar-solo.

O recentemente eleito Primeiro-ministro moldávio **Vasile Tarlev** reuniu-se com **Lord Robertson** na OTAN a 15 de Maio. Manifestou a determinação do seu país em alargar e aumentar a cooperação com a OTAN, particularmente no domínio da manutenção da paz.

Cinco membros da OTAN e sete países Parceiros participaram no

ACTUALIDADES DA OTAN

Cooperative Tide 2001, um exercício de procedimentos de guerra naval costeira, em Newport News, **Virgínia**, EUA, de 14 a 23 de Maio.

Entre 14 e 16 de Maio, seis membros da OTAN e seis países Parceiros participaram no **Cooperative Baltic Eye** no **mar Báltico**, um exercício visando o desenvolvimento de procedimentos de comando, controlo e coordenação de recursos em matéria de busca e salvamento.

Durante a noite de 11 para 12 de Maio, tropas da **KFOR** apoderaram-se dum grande esconderijo de armas pesadas destinadas aos grupos armados de etnia albanesa que operam no vale de Presevo.

Lord Robertson visitou **Barcelona**, Espanha, a 10 e 11 de Maio, onde proferiu uma alocução numa conferência sobre segurança e defesa, antes de seguir para **Madrid** para se reunir com o Primeiro-ministro **José Maria Aznar**, o Ministro dos Estrangeiros **Josep Piqué** e o Ministro da Defesa **Federico Trillo-Figueroa**.

Na **Haia**, Holanda, a 9 de Maio, **Lord Robertson** discursou no Centro de Estudos de Segurança Europeia, antes de se reunir com o Ministro da Defesa holandês **Frank de Grave**.

As primeiras consultas sobre a defesa antimíssil tiveram lugar na **OTAN** a 8 de Maio, quando uma **delegação dos EUA** explicou a **Lord Robertson** e ao **Conselho do Atlântico Norte** a posição da nova administração dos EUA.

UE e OTAN actuam em conjunto

No seguimento de actos de violência repetidos de extremistas de etnia albanesa contra forças da Ex-República Jugoslava da Macedónia*, **Lord Robertson** viajou para **Skopje** a 7 de Maio para se encontrar com o Presidente **Boris Trajkovski** e outras personalidades, que recebeu conjuntamente com o Alto Representante da UE para a Política Externa e de Segurança **Javier Solana**.

Teve lugar em **Bruxelas** a 3 e 4 de Maio a reunião semestral da **Conferência dos Directores Nacionais de Armamento** para debater problemas e projectos da política da OTAN, incluindo a implementação da Iniciativa das Capacidades de Defesa e a Análise dos Armamentos.

O **Colóquio Económico** da OTAN de 2001 teve lugar em **Bucareste**, Roménia, entre 2 e 4 de Maio e centrou-se no inter-relacionamento entre a cooperação económica, a segurança e a estabilidade regionais, particularmente no Sueste Europeu, no Sul do Cáucaso e na Ásia Central.

A 28 de Abril, **Lord Robertson** condenou um ataque de **extremistas albaneses** às forças de segurança na Ex-República Jugoslava da Macedónia* próximo da cidade de **Tetovo**.



Cerca de 1 500 reservistas de seis países da OTAN e Parceiros bem como da Argentina treinaram na **Bósnia** e no **Kosovo** de 27 de Abril a 10 de Maio durante dois exercícios combinados de manutenção da paz, **Adventure Express** e **Dynamic Express 2001**. O treino preliminar teve lugar na Albânia, com tropas albanesas, antes de as forças de reserva se deslocarem para os teatros da SFOR e da KFOR.

Visitantes do Kosovo

Após uma visita à **OTAN** de responsáveis do governo sérvio a 25 de Abril, o Representante Especial da ONU no Kosovo **Hans Haekkerup** e uma delegação de dirigentes políticos representantes dos grupos étnicos



do Kosovo reuniram-se com **Lord Robertson** e os **Embaixadores na OTAN** a 26 de Abril.

Israel assinou um acordo de segurança com a **OTAN** a 24 de Abril, o primeiro dos sete países participantes do Diálogo do Mediterrâneo da OTAN a fazê-lo.

Generais e oficiais superiores comandantes de Corpos de Engenharia de países da OTAN e Parceiros debateram o futuro da **engenharia militar** na sua conferência anual, realizada este ano na Escola de Engenharia do Exército Francês em **Angers** de 24 a 26 de Abril.

Lord Robertson visitou a Holanda a 23 de Abril onde, depois de se ter reunido com o Ministro dos Estrangeiros **Jozias van Aartsen**, abriu a Convenção da Semana de Negócios organizada pela Associação da Faculdade de Economia em **Roterdão** e recebeu o Prémio Semana de Negócios 2001 pela sua acção no domínio da comunicação mundial.

A 15 de Abril, soldados da **KFOR** ajudaram à entrega de cinco **reféns sérvios**, que desde Março estavam na posse de extremistas de etnia albanesa a operar no Sul da Sérvia.

Suspeito de crimes de guerra detido

A 15 de Abril, tropas da **SFOR** detiveram **Dragan Obrenovic**, um dos três sérvios bósnios acusados do massacre de Srebrenica, e transferiram-no para o Tribunal Internacional de Crimes de Guerra da Haia.

No seguimento duma decisão do Conselho do Atlântico Norte de 10 de Abril, o Sector D da **Zona de Segurança Terrestre** que separa a Sérvia do Kosovo foi transferido para as **forças jugoslavas** a 14 de Abril.

Lord Robertson condenou o ataque deliberado a um **soldado russo da KFOR** e a sua morte num tiroteio a 11 de Abril no Kosovo.

Dois **aviadores britânicos** morreram a 9 de Abril na queda dum helicóptero devido ao mau tempo numa região montanhosa do **Kosovo** próximo da fronteira com a Ex-República Jugoslava da Macedónia*.

Pessoal da força aérea de seis países da OTAN participou no exercício de

logística **Ample Train 2001** na **Grécia** de 2 a 6 de Abril, exercício sobre a conservação e manutenção de aviões de caça.

Entrega de comando da KFOR



O general norueguês **Thorstein Skiaker** assumiu o comando da **KFOR** a 6 de Abril, em substituição do general italiano **Carlo Cabigiosu**.

A 6 de Abril, o parlamento búlgaro ratificou um acordo com a OTAN autorizando o trânsito de **forças da OTAN** gregas e turcas através do **território búlgaro** para reforçar a operação de manutenção da paz dirigida pela OTAN no Kosovo.

O CAN rumo ao Sul

Lord Robertson e os 19 **Embaixadores na OTAN** visitaram a Ex-República Jugoslava da Macedónia* e o **Kosovo** a 3 e 4 de Abril, depois duma paragem no quartel-general das Forças Aliadas do Sul da Europa em **Nápoles**, Itália, que exerce o comando da SFOR e da KFOR.

O **SHAPE** comemorou o seu **50.º aniversário** a 2 de Abril numa cerimónia presidida pelo SACEUR, **General Ralston**, e por **Lord Robertson**.

Lord Robertson fez uma visita de dois dias a **Varsóvia**, Polónia, a 29 e 30 de Março, onde se reuniu com o Presidente **Aleksander Kwasniewski**, o Primeiro-ministro **Jerzy Buzek**, os Ministros dos Estrangeiros e da Defesa e membros das duas câmaras do parlamento.



Para mais informações, consultar **NATO Update** em www.nato.int/docu/update/index.htm.

O passado e o presente da manutenção da paz

Espen Barth Eide analisa a forma como evoluiu a manutenção da paz desde o fim da Guerra Fria e a natureza actual deste desafio.



© OTAN

Uma consolidação da paz abrangente tem que ir além das preocupações militares e humanitárias mais imediatas

A manutenção da paz já não é o que era. Os intervenientes envolvidos, os procedimentos associados e mesmo o próprio conceito modificaram-se. Tornou-se uma actividade mais complexa, abrangente e perigosa. Além disso, a dimensão da tarefa, os recursos necessários e as competências exigidas são tais que todas as instituições envolvidas, militares e civis, estão a procurar adaptar os seus procedimentos de trabalho para estarem à altura da situação. A mudança foi particularmente notável na Europa.

Embora a manutenção da paz tenha sido tradicionalmente efectuada sob os auspícios das Nações Unidas, não está explicitamente referida na Carta da ONU. O conceito foi de facto concebido nas Nações Unidas durante a Guerra Fria ampliando a interpretação dos poderes do Capítulo VI da

Espen Barth Eide é Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega.

Carta sobre a resolução pacífica dos conflitos. Em certa medida, foi uma forma criativa de ultrapassar o problema da rivalidade das superpotências, que deixou muitas vezes o Conselho de Segurança num impasse e evitou que exercesse a sua autoridade nos termos do Capítulo VII sobre acções relativas a ameaças à paz.

Nos primeiros anos, a manutenção da paz foi literalmente acerca duma paz específica. Era normalmente o resultado duma mediação internacional num conflito armado, em que as partes beligerantes tinham assinado um acordo de cessar-fogo ou de paz e queriam que ele subsistisse, mas não confiavam que a outra parte respeitasse o seu compromisso. As Nações Unidas seriam chamadas para patrulhar e vigiar a “zona tampão” entre as duas partes, que eram tranquilizadas pela natureza “neutral” e não ofensiva da presença da organização. Embora nem todas as operações de manutenção da paz do tempo da Guerra Fria tenham sido igualmente bem sucedidas, a presença dos soldados da paz da ONU ajudou, em

alguns casos, a evitar um reinício das hostilidades, que poderia, de outra forma, ter-se verificado.

No tempo da Guerra Fria, o conceito da segurança centrava-se na estabilidade. O melhor que se podia esperar era a manutenção do status quo. Ao mais alto nível, isto significava manter o equilíbrio entre as superpotências; a um nível mais baixo, fazer respeitar os acordos de paz existentes. Neste contexto, a contenção tornou-se uma palavra na moda durante esta época. Face à alternativa, uma quebra total do equilíbrio da relação de forças e uma confrontação entre as superpotências, dificilmente poderia ter sido outra maneira.

Actualmente, o conceito da segurança é diferente. Em vez da manutenção do status quo, as palavras-chave são agora transição, alargamento e integração – tudo conceitos dinâmicos em vez de estáticos. A dinâmica da mudança também se aplica à manutenção da paz. A tarefa clássica de servir de tampão “neutral” entre as partes de acordo deu lugar a operações visando conseguir a evolução política, económica e social, muitas vezes em condições difíceis – uma tendência incentivada pelo facto de a maior parte das modernas operações de manutenção da paz serem a resposta a conflitos internos dos Estados e não a conflitos entre Estados.

O planeamento operacional e as estratégias de gestão de conflitos devem ter em conta a nova dinâmica da manutenção da paz. Em muitos casos, não é possível nem desejável procurar restabelecer a situação existente antes do conflito. Em vez disso, as partes precisam de ajuda para construir uma sociedade nova. Muitas vezes, é difícil encontrar parceiros claros, coerentes e fiáveis, com verdadeiro controlo sobre as suas próprias forças. Frequentemente, a situação é complicada pela presença de senhores da guerra e de promotores de conflitos, preparados para explorar mitos e instigar a violência para se apossarem ou conservarem o poder. Os motivos políticos e financeiros sobrepõem-se, tornando por vezes indefinida a fronteira entre a política e o crime organizado. Além disso, as questões fundamentais em causa em muitos conflitos actuais dizem respeito à própria natureza do Estado. Como estas questões muitas vezes continuam sem solução quando termina a luta aberta, a comunidade internacional acaba por ser chamada a reformar instituições disfuncionais, incluindo a administração pública, o sistema jurídico e mesmo os media locais.

A actual gestão de conflitos é complexa. Além do aspecto militar, muitas outras actividades se tornaram parte integrante de todas as operações de consolidação da paz. Só uma cuidadosa, bem planeada e coordenada combinação de medidas civis e militares pode criar as condições para uma estabilidade e uma paz autónomas a longo prazo. Esta necessidade dum nova abordagem da manutenção da paz suscitou um debate acerca dos papéis respectivos das Nações Unidas e das organizações regionais na gestão de crises. É assim especialmente na Europa, onde várias organizações regionais e sub-regionais se ocupam activamente de diversos aspectos da gestão de crises e onde as questões da cooperação e da divisão de tarefas são particularmente relevantes.

O poder institucional e os recursos financeiros da Europa tornaram uma questão lógica iniciar o processo de aliviar as

Nações Unidas de algumas responsabilidades em matéria de manutenção da paz. A Europa não é por inerência mais competente a tratar de conflitos, nem ensaiou e testou modelos de operações de apoio da paz aqui desenvolvidos que sejam facilmente transferíveis para outras partes do mundo. Mas a experiência da Europa é importante quanto mais não seja porque os acontecimentos nos Balcãs e a resposta internacional que tiveram foram fundamentais para o desenvolvimento da doutrina actual sobre as operações de apoio da paz após a Guerra Fria. De facto, os Balcãs tornaram-se, em muitos aspectos, o banco de ensaios da política de segurança da Europa. Quase todas as questões que dominam o actual debate sobre a segurança europeia – as relações transatlânticas, o futuro da OTAN, o papel da União Europeia e das Nações Unidas e as relações com a Rússia – têm uma dimensão balcânica.

As guerras da desintegração da Jugoslávia e a reacção internacional que tiveram realçaram as deficiências da arquitectura de segurança da Europa no final da Guerra Fria. Na falta de organizações regionais credíveis capazes ou dispostas a assumir a tarefa, as Nações Unidas destacaram a primeira Força de Protecção da ONU para a Croácia em Fevereiro de 1992. Pouco depois, o seu mandato foi alargado à Bósnia-Herzegovina (Bósnia) e, mais tarde, em 1993, à Ex-República Jugoslava da Macedónia*. O que inicialmente tinha sido previsto ter uma duração de seis meses prolongou-se por quatro anos.

As Nações Unidas foram a principal instituição a tentar servir de intermediário para pôr fim às hostilidades, manter a paz nas regiões onde tinha sido acordado um cessar-fogo e atenuar o sofrimento dos não combatentes nas áreas de conflito entre 1992 e 1995. Com o passar dos anos, a OTAN passou a estar mais envolvida através das suas várias operações de apoio aéreas e navais e desenvolveu-se gradualmente uma parceria estreita entre as duas instituições. Depois de o Acordo de Dayton, o acordo de paz que pôs fim à guerra da Bósnia, ter entrado em vigor a 20 de Dezembro de 1995, a responsabilidade militar foi transferida para a Força de Implementação dirigida pela OTAN (IFOR). Isto foi o primeiro envolvimento militar da Aliança em terra e contribuiu grandemente para remodelar a sua identidade. Na verdade, em apenas alguns anos, a OTAN transformou-se assumindo um papel quase inteiramente novo e tornou-se um instrumento crescentemente eficaz para a gestão militar e política de crises.

Este processo de adaptação e aprendizagem é evidente na forma como a manutenção da paz na Bósnia com a IFOR e a Força de Estabilização (SFOR) tem evoluído e contribuiu para a abordagem adoptada quando a Força do Kosovo (KFOR) foi destacada em Junho de 1999. Podem verificar-se duas tendências notáveis. A primeira é um alargamento do conceito do mandato militar. Nos primeiros tempos da IFOR, era dada ênfase a evitar o “alastramento da missão”, ou seja a tendência para a força começar a assumir tarefas consideradas civis. Posteriormente, contudo, tornou-se crescentemente evidente que os militares não poderiam ter êxito se trabalhassem isoladamente.

Se o esforço geral de consolidação da paz não conseguisse criar condições para uma paz estável e duradoura, isto seria

apercebido como um fracasso tanto da OTAN como dos organismos civis. Isto ajudou a estabelecer laços mais estreitos entre a força de manutenção da paz e os seus numerosos parceiros civis. Além do mais, quando a KFOR foi destacada, isto já tinha sido compreendido e reflectiu-se no mandato alargado dado à força desde o início e no bom e flexível relacionamento estabelecido entre a KFOR e a Missão de Administração Transitória da ONU no Kosovo.

A segunda tendência é a europeização progressiva das operações de manutenção da paz da OTAN. A FORPRONU tinha uma composição largamente europeia, mas também incluía um número considerável de soldados de países do Terceiro Mundo. No seguimento da transferência da ONU para a OTAN do controlo da missão de manutenção da paz, saíram as tropas da maior parte dos contribuintes do Terceiro Mundo. Entretanto, chegaram soldados dos EUA, constituindo um terço dos 60 000 homens da IFOR, uma proporção que tem diminuído constantemente nos últimos anos. Pelo contrário, a KFOR foi inequivocamente europeia desde o início. Em total contraste com a campanha aérea do Kosovo, que foi dominada pelos Estados Unidos, a relação entre soldados dos EUA e europeus era de 8 000 para 34 000 logo que a operação terrestre de manutenção da paz se desenvolveu plenamente. Além disso, enquanto o comandante da SFOR tem sido sempre americano, o comandante da KFOR tem sido sempre europeu.

A questão da segurança e da estabilidade nos Balcãs é uma questão primordial para os europeus. É, por isso, natural que os europeus assumam uma parcela maior da responsabilidade neste domínio. Isto satisfaz a reivindicação dos EUA duma maior partilha dos encargos dentro da Aliança e duma maior responsabilização da Europa pela sua própria segurança. Mas, embora tenha sido reduzida a presença dos EUA, a continuação do empenhamento e do envolvimento activo dos Estados Unidos na paz e na estabilidade na região continua a ser essencial tanto para encontrar soluções duradouras nos Balcãs como para a estabilidade e a segurança a longo prazo da Europa.

Assim como a OTAN avançou muito na sua adaptação aos desafios da actual manutenção da paz, evolução semelhante se pode verificar noutros sectores. Actualmente, é aceite que, embora as medidas militares possam ser necessárias para conflitos violentos, para que uma missão de manutenção da paz tenha êxito, essas medidas têm que apoiar, ser complementadas e estreitamente coordenadas com organismos civis. Isto não seria tão óbvio há dez ou mesmo cinco anos atrás, quando era contra a natureza da maneira de pensar tradicional tanto militar como humanitária. Nessa altura, os tradicionalistas opunham-se a que os soldados executassem tarefas civis e muitas organizações não governamentais não queriam “sujar as mãos” trabalhando com os militares. Contudo, os conflitos dos Balcãs tornaram bem claro que a pureza na atribuição de tarefas nas operações tradicionais de manutenção da paz é coisa do passado.

A União Europeia tem-se esforçado nos últimos anos para criar uma capacidade militar de gestão de crises e para me-

lhorar as suas estruturas civis de reacção a crises. Em consequência, esta instituição pode estar no futuro numa situação de assumir com mais frequência a liderança na gestão de crises. Na verdade, a Noruega e outros países europeus que não são membros da União Europeia comprometeram-se a uma estreita colaboração com a União Europeia na gestão de crises complexas devido à gama de instrumentos políticos de que esta dispõe. Além dos seus meios militares e civis, a União Europeia pode, por exemplo, usar como influência a promessa de futuras adesões, acordos de associação e parceria e investimentos económicos.

As Nações Unidas também iniciaram uma revisão das suas operações de manutenção da paz no seguimento da publicação do relatório Brahimi no ano passado. Este relatório procura revitalizar a forma como as Nações Unidas se envolvem e conduzem as operações de manutenção da paz. Além disso, a evolução institucional da União Europeia e da OTAN e a colaboração cada vez mais estreita entre as Nações Unidas e as organizações regionais, tanto no terreno como a nível político, contribuirão sem dúvida para a reforma da manutenção da paz da ONU provocada pelo relatório Brahimi e ajudarão a definir o papel das Nações Unidas no mundo actual, pelo menos em regiões ricas de instituições como a Europa.

Os Balcãs tornaram-se o banco de ensaios da política de segurança da Europa

É claro que há limites para as capacidades de qualquer organização, seja ela a União Europeia, a OTAN ou as Nações Unidas. Por isso, é quase certo que as instituições terão que continuar a trabalhar em conjunto e a estabelecer laços mais estreitos umas com as outras na reacção a crises futuras. Os debates em curso entre a União Europeia e a OTAN reflectem esta questão. Neste aspecto, podem eventualmente materializar-se soluções no terreno, em reacção à crise na Ex-República Jugoslava da Macedónia* e à continuação da tarefa de consolidação da paz na Bósnia e no Kosovo.

A experiência nos Balcãs mostrou que actualmente a principal tarefa para assegurar a paz é ajudar à transformação política e social a longo prazo e complexa das sociedades destroçadas pela guerra. Uma consolidação da paz abrangente precisa de ter em conta não só as preocupações militares e humanitárias mais imediatas mas também as tarefas a mais longo prazo da consolidação do Estado, da reforma do sector da segurança, do reforço da sociedade civil e da promoção da reintegração social. Embora a regionalização da manutenção da paz tenha sido compensadora, não há um modelo universal regulador do relacionamento entre as organizações regionais e as Nações Unidas. Além disso, seria errado supor que os Estados e organizações regionais serão sempre os mais indicados para resolver os problemas da sua região. Pelo contrário, é essencial que a manutenção da paz em todo o mundo aproveite as experiências, competências e recursos acumulados, que os ensinamentos colhidos no Kosovo sejam, se possível, aplicados em Timor Leste e vice-versa, e que as organizações mundiais e regionais, os organismos humanitários e de desenvolvimento, e os governos e a sociedade civil dos países em causa trabalhem no mesmo sentido. ■

Associar a prontidão para o combate com o bem-fazer

Chris Bellamy considera que os melhores soldados da paz são também os melhores combatentes e que a manutenção da paz não é de certeza uma actividade para fracos.

Muitos soldados e exércitos profissionais envolveram-se nas operações de apoio da paz efectuadas na última década com entusiasmo e flexibilidade. Outros continuam relutantes em envolver-se nelas e ainda mais relutantes em colaborar estreitamente com outros organismos e as populações locais, convencidos de que “a manutenção da paz é uma actividade para fracos”.

A experiência das recentes operações na Bósnia, Haiti, Kosovo e Serra Leoa mostra que a manutenção da paz não é de certeza uma actividade para fracos. Na verdade, alguns dos soldados mais aguerridos do mundo distinguem-se nas operações de apoio da paz e em ajudar a enfrentar as habitualmente chamadas “emergências complexas”. Tais operações exigem grande flexibilidade e engenho na resposta a acontecimentos inesperados e também uma forte sensibilidade humana. Uma investigação recente efectuada na Cranfield University mostra que as populações locais respeitam mais os soldados da paz que são também inequivocamente soldados profissionais, enérgicos na sua conduta e bem equipados. Contudo, se as forças são demasiado autoritárias ou se mantêm demasiado afastadas da população local preocupadas com a “protecção da força”, também perdem a consideração – e a eficácia.

A maior parte das operações de apoio da paz centram-se em emergências complexas – emergências em que a maldade humana está associada a sofrimento provocado pelo homem ou por causas naturais, ou ambos. As forças armadas são necessárias para criar um ambiente seguro em que a paz possa ser restaurada, mas não são certamente os únicos, ou mesmo os principais, intervenientes. Uma vez conseguida a paz, grande parte da tarefa imediata tem mais a ver com o trabalho de polícias do que de soldados. Contudo, por muitas razões – o custo da remuneração dos polícias e a dificuldade de os enviar para o estrangeiro por longos períodos – são os soldados que têm que efectuar o trabalho. As tarefas a mais longo prazo, incluindo a reconstrução material, a localização dos prisioneiros e refugiados, o restabelecimento dos cuidados de saúde, a organização de eleições e a punição dos criminosos de guerra são da responsabilidade de outras organizações.

*Christopher Bellamy é professor de ciência e doutrina militar na Cranfield University e autor de vários livros, incluindo *Knights in White Armour: The New Art of War and Peace* (Pimlico).*

A designação operações de apoio da paz abrange uma vasta gama de tarefas. Compreende a manutenção da paz tradicional – em que há uma paz acordada a manter, o que os britânicos costumavam chamar manutenção da paz num sentido mais lato, em que o ambiente é extremamente instável; a consolidação da paz – a reconstrução da sociedade depois do conflito e o seu regresso à normalidade; e a imposição da paz – pôr fim a um conflito pelo emprego da força.

As operações de apoio da paz em situações de emergência complexa são combinadas – envolvem todos os ramos; são multinacionais – envolvem muitos países; e são outra coisa – um novo adjectivo – integradas – envolvendo muitos organismos diferentes. Estes incluem as forças armadas, a polícia, as organizações não governamentais (ONG), organismos de ajuda humanitária, organizações internacionais, agências governamentais de desenvolvimento, indústria privada e outras empresas, e os media.

Actualmente, todas as operações de apoio da paz têm lugar sob as vistas dos media. Este fenómeno é um tanto como a meteorologia – o estado do tempo pode geralmente ser previsto, mas não inteiramente. Acresce que, para além de relatarem os problemas, os media podem desempenhar um papel importante contribuindo para a sua solução. Os media são um dos principais mecanismos de equilíbrio em todas as sociedades democráticas de economia de mercado, e é exactamente este tipo de sociedades que as operações de consolidação da paz procuram criar por representarem o melhor garante da paz. Ajudar o desenvolvimento de media livres e independentes deve, portanto, ser um elemento essencial da consolidação da paz.

O general Sir Mike Jackson, o oficial britânico que comandou as forças da OTAN no Kosovo em Junho de 1999, comparou recentemente este tipo de operação multifacetada a um pedaço de corda. A corda é feita de muitos cordões e a sua carga de rotura é muito maior do que a soma da de todos estes cordões. O problema é entrelaçar os cordões e garantir que nenhum deles se torne apreciavelmente mais grosso do que os outros, o que deformaria a corda, criaria tensões no seu interior e danificaria tudo aquilo contra que raspasse.

A necessidade desta abordagem integrada é reconhecida não apenas no terreno, mas também ao mais alto nível da governação. O governo do RU instituiu recentemente a “iniciativa cruzada”, em que três departamentos – o ministério da defesa, o ministério dos estrangeiros e da comunidade e o departamento para o desenvolvimento internacional – contribuem para dois orçamentos, um para a África e o outro para

o resto do mundo, para a prevenção de conflitos, o que sublinha a natureza integrada desta tarefa.

Entretanto, um dos problemas mais difíceis de resolver no terreno é a diferença cultural entre as ONG e as forças militares. Embora os ex-militares estejam bem representados em muitas ONG, algumas delas herdaram uma tradição religiosa, algumas vezes pacifista, e desconfiam naturalmente dos militares. Analogamente, algum pessoal militar desconfia das ONG, por vezes parecendo irritado com uma aparente falta de coordenação e pode ser ofensivo – muitas vezes injustamente – acerca da aptidão do pessoal das ONG para viver no terreno.

A utilização de forças da ONU na Croácia e, depois, na Bósnia em 1992 constituiu um modelo para as operações integradas de apoio da paz. A operação no Kosovo desde 1999 constitui outro, bastante mais complicado. A razão essencial para isto é que no Kosovo – ao contrário da Bósnia – não há um governo local. Trata-se, com efeito, dum protectorado internacional. Além disso, não há ainda um verdadeiro Estado instalado para o longo prazo. Com efeito, o papel de “Estado” é desempenhado pela Missão de Administração Transitória da ONU no Kosovo (UNMIK). Contudo, desenvolveram-se muitas boas relações práticas entre as organizações civis e militares que operam no Kosovo e muito pode ser aprendido com isto para as futuras operações integradas.

Cerca de 200 ONG trabalham actualmente no Kosovo. A coordenação das suas actividades poderá ser comparada a tomar conta dum “rebanho”. Cada uma tem a sua área de interesse e competência específica. As ONG por vezes melindram-se com as tentativas das autoridades militares para controlar e coordenar o seu trabalho. Além disso, as ONG vêm na sua independência uma forma de segurança. Se parecem estar associadas de forma demasiado estreita à força militar ocupante, arriscam-se a tornarem-se alvos.

Portanto, a primeira prioridade é eliminar os obstáculos a uma comunicação mais estreita. Em muitos casos, a utilização dum língua e dum terminologia diferentes ainda torna mais difícil o entendimento e isto junta-se a diferentes interpretações dos mesmos termos de referência. Em 1944, a Noruega acolheu uma conferência envolvendo cerca de 45 países e 25 ONG que elaborou directivas para a utilização dos meios militares e da protecção civil na ajuda em catástrofes, as chamadas “Directivas de Oslo”. Embora visando o contexto ligeiramente mais simples da ajuda em catástrofes naturais, as directivas também foram aplicadas pela Nações Unidas em emergências complexas, designadamente em Timor Leste e no Kosovo. As “Directivas de Oslo” estão agora a ser analisadas pelo Centro Euro-Atlântico de Coordenação da Reacção a Catástrofes da OTAN para ver se é possível criar um documento semelhante para a utilização de meios militares e civis em emergências humanitárias complexas. A OTAN também está a desenvolver uma doutrina para a cooperação entre civis e militares (CIMIC) que possa servir este objectivo embora algumas ONG possam suspeitar do que possa ser considerado uma “doutrina OTAN”.

Transformar as Forças Operacionais Combinadas Multinacionais militares em Forças Operacionais Combinadas

Multinacionais Integradas, com a inclusão das ONG, não é provável que seja uma solução aceitável, porque apenas iria aumentar os receios das ONG de domínio militar. Em todas as operações de manutenção da paz ou de consolidação da paz a autoridade suprema é provável que seja uma espécie de “Alto Representante” mandatado pelas Nações Unidas, e é a este nível que deve ser entrelaçado o trabalho dos intervenientes internacionais, militares, civis, ONG e empresariais, e das autoridades locais.

A diversidade dos numerosos intervenientes pode ser uma força em vez dum fraqueza. Embora as pessoas olhem naturalmente para as formas institucionais e doutrinárias de coordenar organizações e evitar duplicações, são muitas vezes as relações pessoais entre os indivíduos no terreno que realmente contam. Julga-se que há um conjunto de cerca de 1 000 pessoas deslocando-se entre um e outro teatro de resposta a emergências. Se estas pessoas pudessem ser identificadas e treinadas em conjunto, isto poderia facilitar a coordenação.

A comunicação entre os militares, as organizações internacionais, as ONG, as autoridades locais e os media é obviamente crucial para a condução eficaz dum operação de apoio da paz integrada. Na era da câmara de vídeo portátil e da Internet, há uma grande necessidade de informação contínua para fazer face à propaganda dos governos hostis e dos grupos de interesse locais. A comunidade de ajuda internacional no Kosovo já está a coordenar a informação. O Centro de Informação da Coordenação Humanitária (HCIC) foi criado no Kosovo para fornecer informações a todas as organizações e agências. Fornece uma base de dados sobre “quem está a fazer o quê, aonde e quando”, que é crucial para a condução de operações eficazes – e seguras. As forças militares poderão vir a ficar mais envolvidas em iniciativas como o HCIC, talvez através do seu ramo CIMIC.

Identificar quem está mais indicado para o trabalho também é importante. As forças militares são muitas vezes a primeira agência a ser destacada e podem fazer por si próprias muitas coisas. A construção por forças britânicas de campos de refugiados na Ex-República Jugoslava da Macedónia* é um caso típico. Algumas agências no Kosovo têm meios claramente definidos de comunicação com a KFOR. Contudo, imediatamente após a ocupação do Kosovo, a OTAN era considerada como uma parte do conflito e isto exigia uma clara separação entre os militares e as tarefas humanitárias.

A experiência das operações da última década mostra que as forças destinadas apenas à manutenção da paz e tarefas semelhantes – uma gendarmaria – não são bem aceites pelas pessoas com que têm que interagir. As mais eficazes são treinadas e equipadas como soldados profissionais, mas contudo interagem com a população local. As forças dos EUA, com a sua forte ênfase na protecção da força e a sua aparência intimidante, por vezes parece afastaram-se demasiado no outro sentido e o seu distanciamento dos habitantes pode reduzir a sua eficácia no papel de manutenção da paz.

Um exemplo de como as tropas profissionais mais aguerridas também se distinguem na manutenção da paz é dado pelos

Royal Marines britânicos que participaram na construção de muitos parques de diversão para crianças devendo contribuir para o regresso a uma vida normal das crianças. Um dos parques corria o perigo de ser alvo de actos de vandalismo por jovens mais velhos. Era impossível montar guarda permanente no parque. Mas os fuzileiros tiveram a ideia de instalar um "telefone vermelho", para os habitantes poderem chamá-los, anonimamente, em caso de perturbação iminente. Os estratagemas funcionam na manutenção da paz, como acontece na guerra.

Por vezes, a cooperação entre organismos não funciona como deveria, com bons resultados. A ONG britânica War Child é especialista, entre outras coisas, na construção de parques de diversão para crianças. Um dos primeiros foi construído na escola de surdos de Prizren, no Kosovo, pouco depois da chegada das forças Aliadas em 1999. Recentemente, as forças alemãs da KFOR decidiram fazer um donativo à escola de surdos e perguntaram à escola o que necessitava. Parece ter havido uma falha de comunicação e os alemães vieram construir um parque de diversão do outro lado da escola. Um ou dois telefonemas ou o conhecimento do que as diferentes ONG faziam poderia ter evitado esta duplicação. Assim, a escola tem agora dois parques de diversão. Isto é muito apreciado pelas crianças mas talvez menos pelos professores, que têm que vigiar dois parques de diversão, um de cada lado da escola.

As operações de apoio da paz e humanitárias serão provavelmente uma das principais tarefas das forças armadas da OTAN na próxima geração. Na verdade, a experiência adquirida de consolidação da paz pós conflitos mostra que será necessária pelo menos uma geração para criar um Estado autónomo no Kosovo e noutros locais. Para garantir o êxito das operações de apoio da paz existentes, será necessário recrutar e treinar forças armadas com a ética e a preparação

física de soldados combatentes. Não se pode contar com mais ninguém se a manutenção da paz subitamente degenera numa guerra civil, e os estudos mostram que mais ninguém consegue a necessária aceitação da população local imediatamente após um conflito sangrento. Mas tais soldados, bem disciplinados – e isto é essencial – podem ser os melhores soldados da paz e executar essa tarefa entusiasticamente. Uma gendarmaria parcialmente treinada, ou um exército treinado apenas para missões de manutenção da paz, provavelmente não será eficaz. A ética do guerreiro deve manter-se, mas deve estar imbuída de flexibilidade e humanidade e duma dis-

posição para se ligar aos habitantes, mesmo de – como fizeram muitos grandes soldados – viver com eles. É possível associar a prontidão para o combate com o bem-fazer, e é este o desafio que muitas forças armadas terão que enfrentar no primeiro quartel do século XXI.

Mas os soldados têm que chegar a um compromisso com os organismos de ajuda humanitária e as outras ONG, as organizações internacionais e os outros serviços governamentais e as autoridades locais. O âmbito da formação dos oficiais e sargentos tem que ser alargado para que se possam adaptar e fazer face às particularidades das outras organizações. Isto está a ser feito em

curso para o pessoal, que são crescentemente “combinados”, dedicando regularmente tempo às operações integradas e ao trabalho das ONG. Contudo, as outras organizações têm dificuldade em adaptar-se. Poucas organizações governamentais, sem mesmo falar nas ONG, podem dispensar pessoal para cursos demorados de treino e formação, como podem os militares. Justificadamente, a prioridade para as ONG, que utilizam dinheiro dos doadores, é chegar ao terreno e salvar ou reconstruir vidas tão rápida e eficazmente quanto possível. Portanto, cabe aos militares ser especialmente sensíveis às preocupações das ONG e estabelecer um relacionamento correcto com elas. ■



Trabalho em parque de diversão para crianças: alguns dos soldados mais duros e mais enérgicos, como os Royal Marines britânicos, distinguem-se nas operações de paz

© Heather Kerr/War Child UK

Ensinamentos colhidos

David Lightburn analisa a experiência de manutenção da paz da OTAN e compara as maneiras como a Aliança e as Nações Unidas estão a aplicar os ensinamentos colhidos nos Balcãs



Formação na primeira linha: a OTAN e as Nações Unidas colheram ensinamentos muito semelhantes nas suas experiências de manutenção da paz nos Balcãs

No princípio dos anos 90 assistiu-se a uma mudança espectacular na maneira como a comunidade internacional se apercebeu que deveria enfrentar os desafios da segurança. A necessidade da manutenção da paz aumentou quando acabou a Guerra Fria e um certo número de tensões latentes e internas, de natureza étnica, territorial e religiosa, degenerou em conflitos. Para as numerosas organizações regionais e internacionais envolvidas nos Balcãs nos anos 90, a experiência tem sido semelhante a um grande laboratório experimental. As duas organizações mais afectadas pelo seu envolvimento nos Balcãs foram a OTAN e as Nações Unidas.

Para as Nações Unidas, a combinação das difíceis experiências nos Balcãs e dos desafios e realidades das missões no Ruanda, na Somália e, mais recentemente, em Timor Leste levou à criação em 2000 dum painel dirigido pelo embaixador Lakhdar Brahimi e ao pedido de elaboração dum relatório sobre

David Lightburn é um analista do Pearson Peacekeeping Center da Nova Escócia, Canadá. Enquanto esteve na OTAN, entre a Primavera de 1992 e o Outono de 2000, ajudou a desenvolver o envolvimento da Aliança na manutenção da paz.

o futuro da manutenção da paz pela ONU. Para a OTAN, os Balcãs provocaram muitas “estreias”: o primeiro destacamento para “fora da área”, as primeiras acções ofensivas, a primeira cooperação significativa com outras organizações internacionais e a primeira operação de manutenção da paz da Aliança.

No Verão de 1992, o Secretário-Geral da ONU publicou uma *Agenda para a Paz*, um documento que classificava as várias fases da manutenção da paz e reconhecia que duma maneira geral a manutenção da paz tradicional se estava a tornar bastante mais complexa, envolvendo muito mais intervenientes que no passado. Mais tarde, em 1995, no seguimento das experiências nos Balcãs, Camboja, Ruanda e Somália, as Nações Unidas admitiram que a situação se tinha tornado ainda mais difícil e complexa e publicaram uma versão actualizada da *Agenda para a Paz*, aumentando e ajustando o número de categorias e aceitando as limitações da organização, especialmente no caso da imposição da paz.

A OTAN ajudou a preservar a paz na Europa durante a Guerra Fria e, a partir do final de 1991, procurou conseguir a segurança através do diálogo, da cooperação e da parceria com os antigos adversários. O Conceito Estratégico de 1991

tornou claro que os novos desafios da segurança seriam de natureza multifacetada, multidireccionais e difíceis de prever e avaliar. Enquanto esta nova estratégia estava a ser implementada, uma das medidas acordadas pelos ministros dos estrangeiros da Aliança na Primavera de 1992 foi “apoiar, caso a caso e em conformidade com os nossos próprios procedimentos, as actividades de manutenção da paz da responsabilidade da CSCE”. Pouco depois, em Dezembro de 1992, no seguimento da intervenção da Aliança em apoio dos objectivos da ONU no Adriático, os ministros dos estrangeiros da OTAN acordaram formalmente em alargar o apoio da Aliança às operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Entre 1992 e 1995, a OTAN envolveu-se progressivamente no apoio aéreo e naval às operações da ONU nos Balcãs.

O relatório Brahimi, apresentado em Agosto de 2000, reconhece uma importante mudança na abordagem das Nações Unidas, de observador neutral dos cenários imediatamente após os conflitos para um envolvimento em conflitos que ainda não terminaram. O relatório também salienta que as Nações Unidas não alteraram a sua cultura institucional ou a sua aptidão para enfrentar novos desafios. Exige mudanças, designadamente mandatos para a manutenção da paz realistas e claros, regras de empenhamento firmes para as forças militares, unidade de esforços, uma cadeia de comando bem definida e unificada e uma mudança no policiamento de simples controlo para um envolvimento mais activo na reestruturação de todo o sistema de segurança pública. Também contém numerosas recomendações relativas à aptidão das Nações Unidas para conceber, planear, montar e apoiar logisticamente operações de paz complexas.

Na OTAN, foram realizados, com início logo em 1996, um certo número de exercícios apoiados nos ensinamentos colhidos. A supervisão da implementação do Acordo de Dayton na Bósnia-Herzegovina (Bósnia) trouxe um certo número de ensinamentos políticos e militares fundamentais que foram, no essencial, aplicados subsequentemente no Kosovo quase quatro anos depois. Há muito em comum entre os ensinamentos fundamentais colhidos pela OTAN e as recomendações essenciais do relatório Brahimi, que merece mais atenção.

Ligação estreita entre mandato, missão e capacidades:

Ao planear a supervisão da implementação do Acordo de Dayton, a OTAN beneficiou da experiência das Nações Unidas na Bósnia no início dos anos 90, em particular no referente aos problemas resultantes das frequentes mudanças de mandato, a falta de orientação clara para os comandantes das forças da ONU e a falta geral de apoio dos Estados membros aos mandatos por eles próprios acordados na sede da ONU em Nova Iorque. Assim, a OTAN insistiu na necessidade dum ligação estreita entre o mandato estabelecido no anexo 1A, o anexo militar, do Acordo de Dayton, a missão atribuída pelo Conselho do Atlântico Norte às autoridades militares da Aliança, em particular ao comandante da Força de Implementação (IFOR), e as capacidades da Aliança e a atribuição de forças específicas e outros recursos à IFOR. Por iniciativa dos Aliados mais activos, o anexo 1A foi expressamente redigido para assegurar que a OTAN tivesse capacidade para realizar o que se exigia a uma força militar de implementação. Isto incluía o que é agora chamado uma cláusula de

“bala de prata”, designadamente que o comandante da IFOR tinha a necessária autoridade suprema sobre as forças militares das partes em conflito. A missão foi redigida pelas autoridades políticas da Aliança, com base no conselho seguro e atempado das autoridades militares da OTAN. O resultado foi uma ênfase clara no anexo 1A, para evitar problemas encontrados por anteriores forças da ONU, de que a força não poderia ser puxada em muitas direcções pelas organizações civis procurando apoio no terreno: não “alastramento da missão”. Por fim, o Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa (SHAPE) organizou uma série de conferências sobre planeamento de forças para assegurar que existiam as capacidades necessárias.

Brahimi também tornou claro que não deveriam ser repetidos os erros cometidos pelas Nações Unidas nos anos 90 em relação às mudanças de mandatos, às missões e à afectação de poucos recursos às operações. Em particular, o relatório exige “mandatos claros, credíveis e exequíveis” e recomenda que, antes de o Conselho de Segurança acordar em implementar um acordo de cessar-fogo ou de paz, é necessário satisfazer certas condições prévias como a compatibilidade com as normas internacionais em matéria dos direitos do homem e a exequibilidade das tarefas e calendários fixados. O relatório também propõe que o Conselho de Segurança deixe qualquer resolução sob a forma de projecto até que os Estados membros tenham tomado a decisão firme de atribuir tropas e outros elementos indispensáveis de apoio da missão, incluindo recursos para a consolidação da paz. Assim é feita a ligação entre o mandato e os recursos. O relatório continua propondo o pleno empenhamento do secretariado da ONU para assegurar que os seus peritos digam ao Conselho de Segurança o que este deve saber, não o que quer ouvir, e envolvendo os contribuintes de tropas no diálogo, com vista a definir correctamente a missão do comandante da força.

A necessidade dum unidade de esforços: Outro ensinamento fundamental colhido pela OTAN foi o facto de que a chave para qualquer estratégia de saída, uma preocupação de alguns nos primeiros tempos do processo de paz bósnio, era o êxito de outros componentes do Acordo de Dayton. Após a implementação com êxito dos aspectos militares do acordo de paz, era evidente que a manutenção dum ambiente seguro para a implementação civil implicava uma cooperação estreita com uma vasta gama de outros participantes no processo de paz, incluindo o Gabinete do Alto Representante, a OSCE e as Nações Unidas. Assim, as preocupações quanto ao “alastramento da missão” foram gradualmente substituídas pelo reconhecimento de que o apoio à implementação civil era essencial. A compreensão da necessidade desta cooperação exige um entendimento significativamente maior entre as várias organizações militares, civis, humanitárias e de desenvolvimento, entendimento das culturas, políticas, procedimentos, processos de tomada de decisões, bases de recursos, capacidades, meios de acção e limitações uns dos outros.

O relatório Brahimi também reconhece a necessidade de parcerias baseadas num melhor entendimento dos vários intervenientes. Embora se centre no sistema interno da ONU e na necessidade de “missões integradas” com “quartéis-generais integrados”, refere a necessidade da cooperação, e portanto

dum entendimento fundamental, entre os responsáveis pela análise política, as operações militares, a polícia civil, a ajuda às eleições, os direitos do homem, o desenvolvimento, a ajuda humanitária, os refugiados e as pessoas deslocadas, a informação do público, a logística, as finanças e o recrutamento.

Harmonização dos objectivos, conceitos e planos: Em Outubro de 1995, a OTAN tentou compreender os objectivos, conceitos gerais e planos preliminares das outras potenciais organizações contribuintes em relação ao então emergente Acordo de Dayton, através de visitas a nível de peritos. Praticamente nenhuma organização estava preparada para um destacamento atempado para a Bósnia e, na maior parte dos casos, o esforço exigido ultrapassava muito qualquer experiência anterior. Além disso, algumas organizações, como as próprias Nações Unidas, não eram partes das negociações de Dayton e, portanto, não tinham aviso prévio. Em consequência, não houve intercâmbio de conceitos ou planos preliminares nem verdadeira avaliação dos objectivos para além dos vagos últimos anexos do Acordo de Dayton.

Brahimi adopta o conceito dum quartel-general integrado da missão e propõe que sejam destacados para este quartel-general membros de todos os sectores do sistema da ONU. Em seguimento disto, o Departamento das Operações de Manutenção da Paz (DPKO) das Nações Unidas está actualmente a elaborar um programa de treino em três fases para estes quartéis-generais, incluindo preparativos específicos para as missões.

A necessidade duma capacidade forte: Muito do que a força dirigida pela OTAN está agora a fazer na Bósnia poderia ser considerado como manutenção da paz clássica, mas com uma força forte capaz de enfrentar emergências. A IFOR e a sua sucessora a SFOR deram ajuda humanitária e tiveram, ocasionalmente, que empregar a força. A SFOR apoiou a implementação duma vasta gama de aspectos civis do acordo de paz e está agora a estudar maneiras de assegurar uma estabilidade durável a longo prazo. No Kosovo, a Aliança foi envolvida, primeiro, na prevenção de conflitos em cooperação com a OSCE e, depois, na ajuda humanitária e, além disso, na imposição dum acordo de paz, na imposição da paz e no apoio à implementação civil. O principal ensinamento para os planificadores da Aliança é a necessidade duma força poderosa e flexível, com regras de empenhamento claras, capaz de enfrentar uma grande variedade de contingências e emergências. O conceito das Forças Operacionais Combinadas Multinacionais (CJTF) da OTAN também foi desenvolvido para aumentar a aptidão da OTAN para responder a emergências futuras.

O relatório Brahimi também tira conclusões sobre a necessidade dum dispositivo de forças forte e duma estratégia sólida de consolidação da paz. O relatório sugere que as Nações Unidas devem estar dispostas agora a tomar partido. Quando uma das partes dum acordo de paz está de forma clara e incontroversa a violar os seus termos, continuar a dar igual tratamento a todas as partes arrisca-se a comprometer a credibilidade duma missão e pode equivaler a cumplicidade com o prevaricador. Portanto, as missões devem ter autoridade para empregar a força para enfrentar a violência e aptidão e determinação para combater as partes ofensoras. Isto envolve forças maiores, me-

lhor equipadas e mais dispendiosas, capazes de constituir uma ameaça dissuasora, em contraste com a presença simbólica e não ameaçadora característica da manutenção da paz tradicional. Os recentes relatórios da ONU sobre o Ruanda e Srebrenica complementam e apoiam esta conclusão. Em relação às forças militares, a Brigada de Alta Prontidão em Alerta da ONU, em alguns aspectos o equivalente das Nações Unidas em termos de prontidão às CJTF da OTAN, já foi posta à prova no conflito entre a Etiópia e a Eritreia.

Integrar adequadamente os contribuintes de tropas: A OTAN tem-se esforçado, desde o destacamento da IFOR para a Bósnia, para encontrar formas de incluir progressivamente os Parceiros contribuintes de tropas nos processos de planeamento e de tomada de decisões. Nos primeiros tempos, por razões de segurança teve que ser encontrado um equilíbrio entre, por um lado, as consultas com os Parceiros e, por outro lado, um reconhecimento adequado do empenhamento dos contribuintes de tropas não membros da OTAN. A OTAN também criou uma maneira de avaliar as ofertas de forças não da OTAN, para garantir um nível de preparação adequado para enfrentar os desafios dos Balcãs.

O relatório Brahimi dá ênfase à necessidade duma maior participação dos contribuintes de tropas no planeamento e na tomada de decisões. Também trata da questão da qualidade das forças sugerindo, como prática normal, a criação e destacamento de equipas de avaliação da ONU para o treino e equipamento dos contingentes nacionais.

Garantir a segurança pública nas operações de manutenção da paz: A segurança pública continua a ser um desafio essencial para a comunidade internacional na Bósnia e no Kosovo. Contudo, as situações são nitidamente diferentes pois a ordem pública é da responsabilidade da polícia local na Bósnia e das Nações Unidas no Kosovo. Na Bósnia, a Aliança verificou que, devido a insuficiências da polícia local, a força dirigida pela OTAN necessitava duma capacidade de reacção às alterações da ordem pública, pois os soldados não estão devidamente preparados para exercer funções de policiamento. Em conformidade, a OTAN criou uma unidade multinacional especial de carabinieri, gendarmes e outras polícias especiais, operando sob comando militar. No Kosovo, reconhecendo a necessidade premente de os militares assumirem a responsabilidade da ordem pública até à chegada da polícia da ONU, a maior parte dos contingentes foram destacados com meios adicionais, militares ou policiais, e/ou unidades preparadas para o efeito.

O relatório Brahimi também conclui que esta questão é crucial, citando a necessidade de equipas nacionais de polícias civis disponíveis para serem destacadas em missões da ONU. Recomenda a criação de dispositivos regionais de treino e encoraja a criação dum grupo de alerta de cerca de 100 polícias para reforçar os serviços de planeamento da ONU quando surgir uma crise.

Novos procedimentos e estruturas de gestão de crises: No início do processo de planeamento da IFOR, a OTAN apercebeu-se de que os seus procedimentos de gestão de crises não poderiam ser aplicados na totalidade às necessidades da manutenção da paz da Bósnia. Embora aspectos fundamentais

como o aconselhamento das autoridades militares e a tomada de decisões políticas se mantivessem válidos, o apoio quotidiano ao Secretário-Geral e ao Conselho do Atlântico Norte foi confiado a um pequeno grupo multifuncional de peritos, a Equipa Especial para a Bósnia, a que posteriormente foi dado o nome de Equipa Especial para os Balcãs. Este grupo incluía peritos políticos, militares, humanitários, jurídicos, dos media e outros, conforme necessário. Um comité político-militar especial da OTAN foi também criado para fornecer informações e opiniões dos países sobre as questões em causa.

Uma das principais conclusões do relatório Brahimi é que é necessária uma reorganização significativa do sistema da ONU, especialmente na sua sede em Nova Iorque. São tratadas questões de estrutura, de procedimentos e de recursos, como é o caso da autoridade e da responsabilidade financeiras. Além das propostas sobre os mandatos e o Conselho de Segurança, o relatório propõe que a consolidação da paz seja tratada pelo Departamento de Assuntos Políticos; que seja criada um serviço de análise da informação e das estratégias; que sejam criados uma direcção da missão e um estado-maior integrado logo no início do processo de planeamento; que seja dada uma certa autoridade em matéria de financiamento aos que planeiam e implementam uma missão; que o conceito dos mecanismos militares de reserva seja extensivo à polícia civil, aos juizes, aos juristas, aos peritos de direitos do homem e a outros especialistas; que seja aumentado o nível dos efectivos, especialmente no DPKO.

A importância do treino, formação e preparação: Tanto a OTAN como as Nações Unidas reconhecem plenamente a necessidade de dispor de organizações e pessoal civis e militares bem treinados, bem informados e adequadamente equipados nos difíceis ambientes de segurança e humanitários dos Balcãs e em missões de complexidade semelhante. As forças militares dirigidas pela OTAN demoraram muito tempo a preparar-se para serem destacadas para os dois teatros de guerra dos Balcãs e, como se referiu atrás, a avaliar as contribuições adicionais dadas pelos países não membros da OTAN. A ênfase dada à manutenção da paz no programa da Parceria para a Paz da Aliança depressa pagou dividendos pois muitos Parceiros se prontificaram a contribuir com forças. Os conceitos, doutrina e procedimentos da Aliança têm agora inteiramente em conta a experiência adquirida nos Balcãs, particularmente no referente à cooperação e à coordenação com as organizações civis no quadro do processo de paz.

Brahimi apela aos esforços nacionais para uma melhor preparação dos grupos, pessoal ou especialistas e aos esforços colectivos sob a orientação da ONU. O relatório centra-se

especificamente na preparação dum quartel-general de missão integrado, da polícia civil e de outros especialistas civis e recomenda fortemente a criação dum mecanismo de avaliação.

Pelo seu lado, a OTAN já está a aplicar estes ensinamentos e a inclui-los na sua política e na sua doutrina de várias maneiras: através dos muitos anos de treino e operação em conjunto das suas forças militares; pela ênfase dada à manutenção da paz na Parceria para a Paz; nos programas especiais de cooperação com a Rússia e a Ucrânia e no processo do Diálogo do Mediterrâneo; e no desenvolvimento das relações da OTAN com as diversas forças armadas na região dos Balcãs. A Aliança está a realizar uma cooperação internacional fundamental através do reforço da comunicação com a União Europeia, a OSCE e o ACNUR. Também tem um oficial de ligação em permanência na sede da ONU em Nova Iorque e ocasionalmente tem destacado oficiais de ligação para Genebra. A OTAN também mantém relações estreitas com os chefes das missões das organizações internacionais na Bósnia e no Kosovo e a doutrina militar da OTAN reconhece agora plenamente as dimensões civis das complexas operações de manutenção da paz.

O relatório Brahimi já serviu para chamar a atenção oficial e pública para as deficiências da manutenção da paz dos anos 90 duma maneira construtiva e eficaz. Trata duma série de questões práticas como a tomada de decisões, o destacamento rápido, o planeamento e o apoio. São tratadas outras questões referentes à implementação civil, que procuram minimizar a natureza ad hoc actual de algumas missões de manutenção da paz. Cabe agora aos Estados membros trabalhar em conjunto com os responsáveis relevantes da ONU para continuar a reforçar as capacidades de manutenção da paz da ONU.

Se uma última conclusão pode ser extrapolada das experiências tanto da OTAN como da ONU, é que o conceito duma manutenção da paz sólida precisa de ser alargado ao sector civil. A experiência da Bósnia e do Kosovo mostra claramente que a comunidade internacional precisa de estabelecer sem demora a autoridade e a credibilidade. Isto não pode ser feito apenas pelas forças militares. As principais organizações internacionais precisam de se deslocar bastante mais depressa para o local e com maior eficiência e eficácia, exercendo toda a autoridade conferida pelos seus respectivos mandatos. Logo que este grupo de organizações seja capaz de demonstrar às autoridades locais e ao público um sentido mais claro do objectivo e uma maior unidade de esforços, pode ser mais fácil conseguir a cooperação e o apoio e, em última análise, o êxito da missão. ■



O PROGRAMA CIENTÍFICO DA OTAN

“Juntar os cientistas para o progresso e para a paz”

O Programa Científico da OTAN apoia projectos de colaboração entre cientistas de países Aliados e Parceiros. O programa – que não está ligado à defesa – visa estimular a cooperação entre cientistas de meios diferentes, para criar ligações duradouras entre os investigadores e facilitar a evolução das comunidades científicas dos países Parceiros

Detalhes completos no Web site da OTAN: <http://www.nato.int/science>

Podem os militares ser ao mesmo tempo soldados da paz e combatentes?

Sim:

Bill Nash é um major-general reformado dos EUA e director do Centro de Acção Preventiva do Council on Foreign Relations, que foi anteriormente administrador regional da ONU no Norte do Kosovo e comandante da primeira divisão dos EUA a ser destacada para os Balcãs.



Não:

John Hillen é um alto funcionário da Island ECN Inc e antigo oficial do Exército dos EUA que publicou muitas obras sobre segurança internacional e foi consultor da campanha de Bush durante a última campanha eleitoral presidencial dos EUA.

Caro John,

Já há algum tempo que precisávamos de ter este debate acerca da guerra e da manutenção da paz e estou satisfeito por finalmente termos arranjado tempo para ele. Quando a minha divisão se preparava para seguir para a Bósnia-Herzegovina (Bósnia) no Outono de 1995 tive pela primeira vez que me preocupar com a manutenção da paz, a prontidão para o combate e as questões associadas. O êxito que tivemos na Bósnia e no nosso regresso à Alemanha um ano depois convenceu-me de que a nossa abordagem da manutenção da paz era largamente responsável não só pelo êxito da missão mas também pelo nosso rápido regresso aos anteriores padrões de prontidão para combate. Tenho três observações importantes a fazer.

Como comandante da 1.^a Divisão Blindada, estava decidido a garantir que as minhas forças não fariam concessões como tinha acontecido com a força da ONU que nos precedera. Portanto, assumimos uma atitude combatente quando abordámos a missão na Bósnia. A norma era, como declarei na primeira frase do meu projecto de comando, apresentarmo-nos como soldados "aguerridos, disciplinados, competentes e profissionais". Nos primeiros 60 dias da missão, devo ter usado esta expressão em

média 50 vezes por dia. E penso que resultou. Esta é a primeira condição para manter uma capacidade de combate durante uma missão de manutenção da paz.

Com este estado de espírito adequado, concentrámo-nos então em "fazer a coisas como deve ser" e em integrar o treino nas nossas operações quotidianas. Com isto, quero dizer que introduzimos e aplicámos nas operações quotidianas as práticas e procedimentos correntes de condução de tropas no terreno. Os trabalhos de manutenção, as verificações e os ensaios antes do combate diários eram norma corrente. Os comandantes de nível mais baixo tornaram-se competentes a dar as ordens operacionais e a assegurar a aptidão da sua unidade para executar a missão do dia. A coordenação horizontal e vertical do pessoal era assegurada diariamente tendo em atenção os menores detalhes.

Em relação ao treino, organizámos brífingues e programas de treino do tipo aquartelamento nos primeiros 90 dias após a chegada ao teatro. Na Bósnia, construimos carreiras de tiro e meios de treino e fizemos tiro com todas as nossas armas numa base de rotina e as nossas guarnições dos tanques e das viaturas Bradley utilizaram carreiras de tiro húngaras em sistema de rotação de uma

companhia por semana. Criámos mesmo cursos de aperfeiçoamento em sistemas de pontaria por laser dos tanques e viaturas Bradley em conjugação com os nossos pontos de observação, que usávamos para controlar os movimento militares das forças locais. Queríamos que eles nos vissem a treinar para o combate.

O terceiro elemento foi um plano de treino para o regresso e para o pós regresso à Alemanha. A forma como regressámos e o que fizemos nos meses que se seguiram ao nosso regresso teve um impacto significativo na rapidez com que ficámos prontos para partir de novo – para qualquer missão. O nosso plano de regresso incluía passarmos quatro a seis dias na nossa base de trânsito na Hungria. Aqui, fizemos de tudo, desde a distribuição de uniformes novos e a devolução de equipamento em excesso, passando por exames médicos e dentários, até exercícios de tiro dos nossos tanques e pelotões de infantaria. O tempo passado na Hungria poupou aos nossos soldados semanas de trabalho no regresso à nossa base de origem.

O plano de treino depois do nosso regresso começou com um bem merecido período de licença para os soldados. Este investimento de aproximadamente 45 dias por batalhão contribuiu directamente para uma atitude extremamente

Assumimos uma atitude combatente quando abordámos a missão na Bósnia

BILL NASH

positiva dos soldados e das suas famílias em relação ao trabalho que íamos ter pela frente. Esta questão da qualidade de vida não pode ser esquecida quando pensamos na maneira de enfrentar as necessidades militares de hoje e de amanhã.

O nosso plano de treino centrava-se nas competências que não tínhamos exercido na Bósnia, tais como o planeamento e execução do ataque em profundidade e do contra-reconhecimento. No total, constatámos que as melhorias obtidas nas difíceis competências de comando em combate enquanto na Bósnia compensavam largamente quaisquer perdas em tarefas específicas de combate enquanto ocupados na manutenção da paz. De facto, um alto comando comentou, depois do nosso exercício do Programa de Treino de Comando em Combate em Fort Leavenworth, que teve lugar 90 dias depois do regresso da divisão, que em muitos aspectos a 1.^a Divisão Blindada estava melhor treinada depois da estada na Bósnia do que algumas divisões regressadas da operação Desert Storm. Independentemente disto, não tenho nenhuma dúvida de que depois da Bósnia éramos uma divisão de combate muito mais capaz do que quando para lá tínhamos ido.

Ao pensar nos ensinamentos gerais colhidos com esta experiência, devo salientar dois factos importantes. Primeiro, a divisão deslocou-se para a Bósnia praticamente no seu conjunto. Pudemos portanto manter a sua integridade mais do que qualquer outra unidade desde o período de 1995 e 1996. As vantagens da coesão da unidade para a prontidão a longo prazo são muito significativas, talvez cruciais. O segundo facto, é triste dizê-lo, é que no final do Verão de 1997 a divisão tinha sofrido uma substituição de 70 a 80% dos generais, coronéis e tenentes-coronéis, incluindo todos

os comandantes de brigadas. Isto não é maneira de manter a prontidão.

Bem, John, estou interessado em conhecer as suas opiniões e guardei algumas munições para o esperado contra-ataque.

Seu,
Bill

Caro Bill,

Primeiro que tudo, queria dizer-lhe que tenho imenso prazer em ir debater estas importantes questões com uma pessoa por quem tenho tanto respeito – como combatente, como diplomata e como sensato analista de política externa.

Não sou contra as operações de manutenção ou de apoio da paz. De facto, no meu livro sobre a história da manutenção da paz pela ONU, analisei quase 50 missões diferentes e acabei por apreciar os enormes desafios destes esforços bem como a sua contribuição para a paz e a segurança internacionais. E, como você, enquanto usava uniforme combati em guerras e servi em missões de manutenção da paz por isso vi os dois lados da moeda.

Acresce, e isso pode surpreender alguns, que penso que as forças dos EUA deveriam participar na manutenção da paz multinacional. Mas, para mim e para o trabalho que fiz na campanha presidencial de Bush, a questão gira em torno da dimensão do empenhamento dos EUA nas operações de manutenção da paz e dos custos de oportunidade inerentes a estes empenhamentos.

Aquilo a que me oponho é ao empenhamento a longo prazo e prolongado de tropas de combate dos EUA em operações multinacionais de manutenção da paz. Penso que os Estados Unidos deveriam envolver-se a longo prazo com tropas de apoio ou reservistas e penso que as forças de combate de primeira linha dos EUA podem desempenhar um papel essencial apenas por curtos períodos de tempo. Na minha perspectiva, a famosa frase do conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Condolezza Rice acerca da falta de lógica de os pára-

quedistas da 82.^a Aerotransportada (uma das minhas antigas unidades) levarem as crianças à escola está enraizada em três grandes argumentos que espero analisar em maior detalhe durante este debate.

Primeiro, há o argumento geopolítico acerca do papel que os militares dos Estados Unidos deverão desempenhar – face aos seus aliados e parceiros – nos assuntos de segurança internacionais. O meu argumento de que "as superpotências não são lavadores de janelas" reconhece que, como quase todas as missões de segurança internacionais em que os Estados Unidos se envolvem são cooperativas e "baseadas em equipas", um papel importante para o dirigente da equipa é fazer corresponder os papéis e responsabilidades aos interesses e capacidades. Dada a enorme disparidade entre as capacidades militares dos Estados Unidos e dos seus Aliados europeus em particular, creio que a OTAN desempenha melhor os seus numerosos papéis em matéria de segurança (não apenas a manutenção da paz na Europa) aproveitando as competências essenciais dos seus membros. Para os Estados Unidos – e apenas para os Estados Unidos – trata-se da guerra de grande escala. Para todos os outros Aliados, são missões de muito menor dimensão e sobretudo operações de apoio da paz.

Segundo, há o impacto prático dos esforços prolongados de manutenção da paz dos EUA sobre o resto da estratégia militar dos EUA. Ao contrário da maior parte dos Aliados da OTAN, os Estados Unidos têm empenhamentos exigentes em matéria de segurança em todo o mundo. Enquanto o Reino Unido empenha forças de combate em missões aliadas como a dissuasão permanente sobre o

Aquilo a que me oponho é ao envolvimento a longo prazo e prolongado de tropas de combate dos EUA em operações multinacionais de manutenção da paz

JOHN HILLEN



O que se ganha num ambiente operacional mais do que compensa os níveis das competências específicas que possam degradar-se e estes níveis são geralmente mais facilmente recuperados

BILL NASH

Iraque, na maior parte dos casos, os Estados Unidos são os únicos a assegurar que nenhuma potência hostil possa dominar o Leste da Ásia ou a região do Golfo. Além disso, missões como estas exigem tropas de combate altamente treinadas e todos os elementos do poder aéreo, naval e terrestre americano – plenamente empenhados e treinados a tempo inteiro para fazer face às tensões e desafios da guerra (que normalmente surge sem qualquer aviso prévio!).

Também diria que se trata de missões em que os Estados Unidos – e a Aliança – não se podem dar ao luxo de fracassar. Como mostra o meu livro sobre a manutenção da paz pela ONU, uma grande potência pode permitir-se fazer asneiras, actuar de qualquer maneira ou mesmo fracassar numa missão de manutenção da paz sem causar um impacto duradouro no sistema de segurança internacional. Contudo, se os Estados Unidos e os seus Aliados perderem ou mesmo empatarem num conflito significativo (como a Guerra do Golfo), toda a estrutura da cena interna-

cional pode ser alterada e mudar para pior. Mesmo nesta época do politicamente correcto, temos que admitir que algumas missões são mais importantes do que outras.

Os seus comentários iniciais tratam sobretudo do terceiro factor, se os soldados dos EUA podem ser treinados para executarem tão bem missões de manutenção da paz como de combate e quase alternadamente. O meu amigo Professor Charles Moskos é conhecido pela frase "A manutenção da paz não é tarefa de soldado, mas só um soldado a pode executar". Isto parece resumir muito bem o enigma. Não há dúvida de que soldados bem treinados e disciplinados podem, com o tipo correcto de treino de adaptação, dar soldados da paz muito bons. Mas tenho as minhas dúvidas (e algumas razões) acerca da aptidão dos soldados profundamente envolvidos na manutenção da paz para depois fazerem uma reviravolta com pouco ou nenhum aviso prévio e estarem no máximo da sua complexa e sofisticada preparação para o combate tridimensional.

Entrarei em mais detalhes na continuação deste debate, mas gostaria de salientar desde já que os seus absolutamente heróicos e admiráveis esforços de treino na Bósnia foram dirigidos no sentido deste mesmo fenómeno – que está a exigir muito das forças dos EUA. A necessidade de termos os nossos soldados da paz prontos para dum momento para o outro se transformarem imediatamente em combatentes. Têm sido feitos estudos sobre isto por vários serviços governamentais e institutos de investigação e todos apontam para o facto de que – simplesmente porque nenhuma instituição pode ser igualmente eficaz em duas tarefas diferentes – há uma certa degradação das capacidades de combate entre os soldados afectados durante muito tempo à manutenção da paz.

Para nós, o problema que se põe é saber qual é o risco de degradação que vale a pena ser aceite pelos Estados Unidos?

Seu,
John

Caro John,

Tratarei dos seus três pontos pela ordem inversa. Concordo que pode haver "uma certa degradação das capacidades de combate entre os soldados afectados durante muito tempo à manutenção da paz". Mas a mesma unidade não se mantém numa missão durante muito tempo. As comissões são normalmente de seis a doze meses e isto não é uma duração particularmente longa. Mesmo com uns três a seis meses mais de treino preparatório, os efeitos não são excessivamente enfraquecedores. O ponto essencial é que o que se ganha num ambiente operacional mais do que compensa os níveis das competências específicas que possam degradar-se e estes níveis são geralmente mais fácil e rapidamente recuperados. Os militares do EUA têm bastantes mais problemas de prontidão por outras razões que a do relativamente pequeno impacto resultante das missões de manutenção da paz.

Mas as questões de longo prazo relacionadas com as intervenções que levanta precisam de ser abordadas. Aqui, estamos a falar não tanto acerca da manutenção da paz como acerca da consolidação da paz. Creio que esta actividade ultrapassa as competências e o papel próprio das forças militares e entra no domínio da implementação civil nas operações de paz. A falta de capacidades civis desvia os militares da sua missão e envolve-os em actividades para além do que é apropriado. Até que a componente civil destas operações de paz receba a mesma prioridade relativa que a componente militar na atribuição de pessoal e de recursos, nunca atingiremos os nossos objectivos de política externa. Na minha opinião, gastamos muito tempo de mais a falar acerca das questões militares e demasiado pouco a analisar os problemas políticos, económicos, sociais e de segurança em sentido lato que têm que ser resolvidos para concluir a tarefa iniciada com a nossa intervenção.

Quanto ao seu primeiro ponto, farei algumas observações. O comentário acerca de "janelas" é bem achado mas não ajuda nada. Os líderes devem sempre partilhar as privações e os riscos, políticos e físicos, com os seus seguidores. Fazer correspon-

der as competências às missões é lógico, mas o consenso deve ser construído e não exigido. Nunca devemos esquecer a diferença entre liderança e autocracia.

Seu,
Bill

Caro Bill,

Parece que divergimos não em questões de princípio mas em questões subjectivas de dimensão. Por exemplo, concordamos que a manutenção da paz a longo prazo por unidades de combate degrada necessariamente as capacidades de combate mas discordamos sobre onde e quando esta degradação se torna enfraquecedora. Analogamente, concordamos que os Aliados da OTAN têm interesses e capacidades diferentes mas discordamos quanto à medida em que os Estados Unidos deverão reforçar as capacidades dos seus Aliados em missões de segurança colectiva de menor dimensão. Vou explicar a minha posição nestes dois casos.

Nunca sabemos quando a degradação das capacidades de combate é enfraquecedora a não ser quando já é tarde demais. Em Maio de 1950, quando a península da Coreia estava em paz, o facto de o treino de combate das forças de ocupação americanas na Coreia e no Japão não ser excelente não pareceu ser enfraquecedor. Contudo, um mês depois, a 25 de Junho, a invasão pela Coreia do Norte e o subsequente envio de forças de ocupação americanas rapidamente mudou as atitudes.

Muitos casos que poderão exigir uma força americana pronta para combate poderão surgir de surpresa. Pode não haver tempo para recuperar das missões de manutenção da paz e treinar para o combate. Sejamos francos. Nenhum Aliado tem as responsabilidades mundiais dos Estados Unidos, que poderão ser chamados a responder imediatamente a graves contingências em matéria de segurança. Seria insensato pôr em risco as vidas de soldados americanos devido a uma prontidão para combate reduzida e sacrificar as capacidades únicas e decisivas das forças americanas simplesmente para reforçar as capacidades dos nossos

Aliados em missões de manutenção da paz que são, em última análise, menos importantes para a segurança mundial.

Isto leva-nos ao segundo ponto de desacordo, o papel que os Estados Unidos deverão desempenhar como líder da OTAN nestas missões de menor dimensão. Mesmo num ambiente diplomático que insiste na aparência de igualitarismo, os Estados Unidos não deverão pretender que a liderança seja simplesmente fazer o que todos os outros fazem. É verdade que os líderes devem partilhar os riscos e os encargos mas, como os nossos próprios Aliados europeus lamentam, eles são cada vez mais incapazes de partilhar os riscos e os encargos em missões que afectam profundamente a segurança mundial.

Tornámo-nos agora todos muito preocupados com os Balcãs mas alguém na OTAN tem que se manter atento ao resto do mundo. Esse alguém é obviamente os Estados Unidos. Porquê utilizar uma unidade de combate, que pode ter que responder daqui a dias a uma situação como a invasão do Kuwait em 1990 (como fez a 82.^a Aerotransportada), em tarefas que qualquer outro Aliado poderia executar com reservistas paramilitares? Isto poderia ser bom para a Aliança mas seria mau para a segurança mundial. A Aliança não é um fim em si mesma, é apenas o meio para aumentar a segurança na Europa e noutros locais. Deveremos portanto pensar duas vezes antes de dar à solidariedade a curto prazo prioridade sobre a segurança a longo prazo.

Sou inteiramente a favor da participação de forças americanas em missões de manutenção da paz dirigidas pela OTAN mas sou contra o destacamento a longo prazo e prolongado de unidades de combate dos EUA em tais missões. A história mostra que poderemos vir a arrependê-nos disso.

Seu,
John

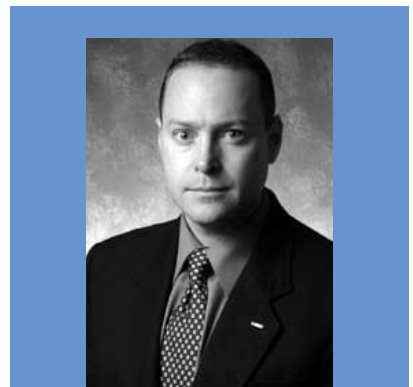
Caro John,

Poderia parecer que convergimos, senão mesmo concordamos, sobre a

questão em causa: os militares podem ser soldados da paz e combatentes. Você apenas não quer que os soldados americanos o façam durante muito tempo.

Um historiador como você não pode usar Maio de 1950 como prova de que em 2001 a manutenção da paz é prejudicial para a prontidão para combate americana. As duas divisões reforçadas do Exército dos EUA que foram destacadas rapidamente para a Coreia em Junho de 1950 tinham por trás quase cinco anos numa missão de ocupação no Japão em que o seu pessoal, equipamento e treino eram centrados em tudo menos no combate. Era uma época diferente, um mundo diferente e, certamente, um Exército dos EUA diferente.

Aceito um debate racional sobre a medida em que as forças dos EUA deverão participar em missões de manutenção da paz a longo prazo e, como lhe disse na minha última carta, penso que as verdadeiras preocupações a longo prazo são mais de natureza civil que militar. A utilização de unidades de reserva quando estas missões são prolongadas faz muito sentido. Mas os impactes sobre a prontidão são realmente marginais e não devemos escondê-los.



Tornámo-nos agora todos muito preocupados com os Balcãs mas alguém na OTAN tem que se manter atento ao resto do mundo

JOHN HILLEN

Os líderes devem sempre partilhar as privações e os riscos, políticos e físicos, com os seus seguidores

BILL NASH

dermo-nos por trás de razões frívolas quando há tantas causas reais para as deficiências da prontidão que precisam de ser tratadas para podermos assumir as nossas responsabilidades mundiais. Temos menos de 10 000 soldados envolvidos nos Balcãs, muitos dos quais são reservistas. Se formos chamados a combater noutra local, o pequeno número que está desviado para uma boa causa não porá em risco a vitória ou a sobrevivência dos Estados Unidos.

Por fim, considero que precisamos de assegurar uma coligação de base alargada de amigos e aliados quando nos preparamos para enfrentar os desafios da segurança do século XXI. As acusações de arrogância ou excepcionalidade americana, fundadas ou não, não nos ajudarão nos nossos esforços e, o mais provável, é que prejudiquem a segurança que procuramos. Andarmos sozinhos não será uma estratégia de longo prazo bem sucedida.

Seu,
Bill

Caro Bill,

Os seus comentários são bem feitos e bem recebidos. Concordamos que os soldados dos EUA podem ao mesmo tempo fazer a manutenção da paz e combater, especialmente em missões da OTAN ou noutras missões de segurança colectiva. Além disso, a sua observação sobre as forças de reserva parece-me de grande interesse. A utilização de forças de reserva dos EUA nestas missões – um modelo que muitos dos nossos Aliados já adoptam – é uma evolução positiva mas que não deixará de ter consequências para os Estados Unidos, onde a estrutura e o estatuto das forças de reserva terão que ser reformulados pois ambos foram concebidos para a Guerra Fria.

Contudo, creio firmemente que a manutenção da paz deveria ser uma capacidade secundária das tropas de combate dos EUA. O exemplo da Coreia em 1950 não pretendia ser uma analogia histórica exacta, foi usado simplesmente para salientar um esquema frequente na história: 1) Acontecem coisas más aos países bons; 2) é normalmente uma surpresa; e 3) a situação é difícil de ser invertida se um país ou grupo de países não estiver preparado para combater a agressão desde o primeiro dia. A 1.ª e a 2.ª Guerras Mundiais, a Coreia, o Golfo, ... basta escolher, enquadram-se neste esquema.

São estas as missões em que os Estados Unidos simplesmente não podem fracassar. O fracasso nestes tipos de situação tem consequências mais graves e de maior alcance que nos conflitos reciprocamente destrutivos, prolongados e dificilmente solucionáveis, característicos das actuais missões de manutenção da paz. É preciso um pouco de realismo geopolítico. Estas contingências, para as quais só os Estados Unidos estão preparados, não são necessariamente situações que ameacem a nossa sobrevivência. Pretender o contrário é uma caricatura. São, muito simplesmente, ameaças à segurança que exigem o destacamento e possível emprego de forças de combate apreciáveis com pouco ou nenhum aviso prévio.

Actualmente, poucos se lembram do Haiti ou da Somália, embora estivéssemos preocupados com a sua importância no princípio dos anos 90. Contudo, estaríamos constantemente a lembrarmo-nos de Saddam Hussein actualmente se ele tivesse ocupado e dominado o Kuwait e a Arábia Saudita. Dizer que a manutenção da paz é mais importante do que aqueles tipos de ameaças à segurança é terapêutico mas profundamente irrealista.

Apenas um Aliado da OTAN dispõe da tecnologia "furtiva", munições guiadas com precisão, grandes aviões de transporte, transporte aéreo estratégico, satélites, conjuntos logísticos destacáveis em grande escala, etc.. Contudo,

ao mesmo tempo, há muitos países com soldados da paz experientes, polícia paramilitar, peritos de reconstrução civil e outras coisas mais. Porquê embotar a única verdadeira espada usando-a a par das outras ferramentas?

Mais uma vez, apenas me estou a referir ao destacamento a longo prazo de tropas de combate dos EUA em operações Aliadas de manutenção da paz. Todos sabemos que os Estados Unidos precisam de se envolver profundamente em quase todos os outros aspectos (informações, apoio, logística, transportes, etc.) de qualquer missão da OTAN ou simplesmente ela não poderá efectuar-se. O predomínio dos EUA na campanha aérea do Kosovo de 1999 constitui um bom exemplo. É por omissão, não por escolha, que os Estados Unidos se encontrarão sozinhos noutras missões de segurança de maior envergadura. Os outros Aliados reconheceram eles próprios que não conseguiram adaptar as suas forças para missões de combate fora da Europa.

Alguém na Aliança precisa de estar apto a responder às contingências com forças de combate bem treinadas. Será um caso de fraca liderança se os militares dos EUA forem destacados como se fossem simplesmente uma grande força policial no interesse da solidariedade da Aliança. Como nos lembra o mestre da liderança Peter Drucker, os líderes lideram devido aos seus conhecimentos e competências únicos, não procurando simplesmente reforçar as competências dos seus seguidores.

Seu,
John

* Para uma perspectiva europeia da manutenção da paz, ver também as opiniões do general Sir Rupert Smith nas páginas 24 e 25.

Há missões em que os Estados Unidos simplesmente não podem fracassar

JOHN HILLEN

A história actual

Jamie Shea reflecte sobre a continuação do interesse pela campanha da OTAN no Kosovo e passa em revista cinco livros que já foram publicados sobre o assunto

Embora as imagens da televisão das missões de bombardeamento da OTAN e dos milhares de refugiados a atravessarem as fronteiras já tenham mais de dois anos, o conflito do Kosovo continua a suscitar interesse, controvérsia e, de vez em quando, paixão. É raro passar-se um mês sem que apareça outro livro histórico ou de memórias. Alguns, como o relato recentemente publicado de Wesley Clark, têm sido objecto de enorme publicidade nas principais revistas de actualidades. Pelas minhas contas, mais de 200 livros sobre o Kosovo já foram publicados somente em língua inglesa. Para meu grande espanto, mesmo os aspectos mais arcanos do conflito do Kosovo estão a ser estudados pelos candidatos a doutoramento. No mês passado, recebi a visita dum licenciado que estava a escrever uma tese sobre a análise linguística semiológica dos brifingues à imprensa da OTAN. Consta que vários intervenientes importantes desta saga, agora já afastados dos seus cargos, estão a elaborar os seus próprios relatos dos acontecimentos. Assim, a competição pelo veredicto histórico final parece que vai continuar.

Porquê um conflito tão curto e limitado provocou um debate tão acalorado? Porquê tantos dos principais intervenientes sentiram a necessidade duma justificação pública *post factum*? Acho que há duas razões. Em primeiro lugar, é a desproporção que muitos acham haver entre os meios e os fins. Embora poucos contestassem a necessidade duma pressão internacional para resolver a difícil situação dos kosovares albaneses, muitos discordaram do emprego da força em tal escala, particularmente quando implicou ataques aéreos contra toda a Jugoslávia. Continuou a haver em muitos meios a convicção de que podia ter sido sustada a violência dando mais tempo à diplomacia – uma opinião que esquece a rejeição categórica de Milosevic dos acordos de paz elaborados em Rambouillet. Outros acharam que a ameaça de emprego da força militar deveria ter sido feita mais cedo e mais energicamente para evitar que acabasse por ter que ser empregada – um argumento que pressupõe o bom senso de Milosevic em calcular riscos e avaliar as consequências. Todas as pessoas civilizadas gostariam que os meios fossem directamente proporcionais aos fins. A própria OTAN tentou fazê-lo no início da campanha aérea, excluindo publicamente o recurso a forças terrestres e limitando-se a 50 aviões de ataque e a alvos no interior ou próximo do Kosovo.

Jamie Shea é o director do Gabinete de Informação e Imprensa da OTAN.

Infelizmente, em vez de parar, a violência aumentou, pois Milosevic respondeu deslocando 1,3 milhões de kosovares albaneses, dos quais mais de 800 000 foram forçados a passar a fronteira. Somente dois meses depois, quando os dirigentes Aliados demonstraram a sua plena determinação em levar a melhor, intensificando a campanha aérea e lançando a opção do emprego de forças terrestres, é que Milosevic finalmente se deu por vencido.

A segunda razão para a continuação do interesse pela campanha da OTAN no Kosovo reside na natureza voluntarista dos conflitos modernos. Os interesses nacionais vitais ou a segurança física dos 19 Estados membros da OTAN não estavam directa nem imediatamente ameaçados pela violência étnica no Kosovo, mesmo que o possível alastrar dos combates ameaçasse desestabilizar os países Parceiros da OTAN da região. Para todos os 19 governos da OTAN a decisão de lançar a operação *Allied Force* era complicada, exigindo opções difíceis. O preço da intervenção seria, em última análise, menor que o da abstenção? A violência contra os civis no Kosovo teria dimensão suficiente para justificar uma campanha aérea em grande escala? Como poderia a necessidade de garantir o apoio político nos países da OTAN ser conciliada com a necessidade de máxima dissuasão e, posteriormente, duma campanha aérea rápida e decisiva? Como poderia ser mantido a longo prazo o apoio público, numa Aliança com 19 governos e opiniões públicas diferentes, se o emprego imediato da força não conseguisse dominar Milosevic? Como poderia ser encontrada uma base jurídica convincente para o emprego da força sem uma Resolução do Conselho de Segurança da ONU? E como poderia a OTAN assegurar uma melhoria da situação pós conflito e conseguir uma solução política para o Kosovo, que justificasse a decisão do emprego da força e a inevitável destruição e desintegração?

A resposta final à última destas questões ainda não está dada. Face ao ódio que subsiste no Kosovo, poderemos ter que esperar alguns anos antes que a KFOR possa deixar a província, com a convicção segura de ter sido criada uma sociedade multi-étnica, democrática e próspera. Mas os livros apreciados nesta crítica têm o mérito de ter tratado com autoridade a maior parte das outras difíceis controvérsias tão persistentemente ligadas à *Allied Force* na altura.

A resposta final à última destas questões ainda não está dada. Face ao ódio que subsiste no Kosovo, poderemos ter que esperar alguns anos antes que a KFOR possa deixar a província, com a convicção segura de ter sido criada uma sociedade multi-étnica, democrática e próspera. Mas os livros apreciados nesta crítica têm o mérito de ter tratado com autoridade a maior parte das outras difíceis controvérsias tão persistentemente ligadas à *Allied Force* na altura.

Kosovo: War and Revenge (Yale University Press, 2000) de Tim Judah é uma excelente análise das origens do conflito.

Recuando bastante na história, Judah regista o padrão repetitivo de violência entre as etnias albanesa e sérvia, com qualquer das partes a dominar em várias fases numa história longa e bastante deprimente. Judah, autor dum anterior livro muito considerado sobre os sérvios, é um verdadeiro especialista sobre os Balcãs e imbatível sobre os factores locais. Embora escrupulosamente imparcial para as duas partes, regista em detalhe as cisões e a radicalização entre os dirigentes kosovares albaneses e o surgimento nos anos 90 do Exército de Libertação do Kosovo (UCK). Tem uma noção clara dos principais factores que fizeram perder o equilíbrio no sentido da violência, em particular o desapontamento dos kosovares albaneses por a sua causa não ter sido compreendida na Conferência de Paz de Dayton de 1995 e o quase colapso do Estado albanês em 1997, que permitiu ao UCK obter milhares de armas a preços de saldo.

Embora Judah mostre que os kosovares albaneses não eram anjos, acusa claramente Milosevic e Belgrado por não terem em conta constantemente as queixas dos kosovares albaneses e exacerbarem a situação através dum emprego da força crescentemente premeditado e indiscriminado contra a população civil. É tragicamente típico de Milosevic não ter uma estratégia clara em relação ao problema do Kosovo e as suas acções intermitentes mas brutais apenas terem tido como resultado a intervenção e a presença armada prolongada da OTAN na Jugoslávia que ele queria evitar.

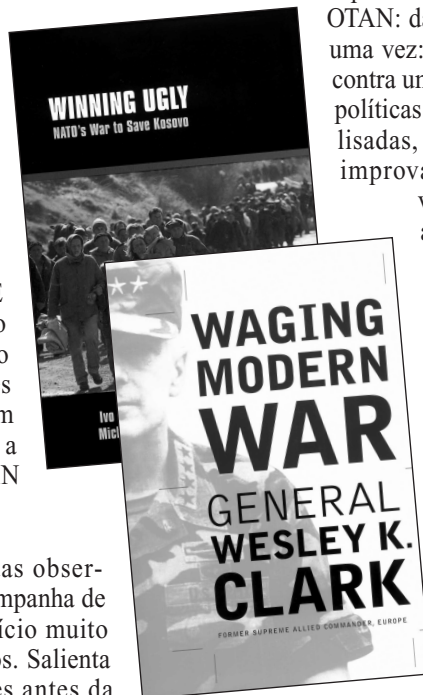
Na perspectiva da OTAN, uma das observações mais úteis de Judah é que a campanha de limpeza étnica de Milosevic teve início muito antes de começarem os ataques aéreos. Salienta que em Janeiro de 1999, dois meses antes da *Allied Force*, as forças especiais sérvias já tinham expulso das suas casas 300 000 kosovares albaneses. Também demonstra que a limpeza étnica da população civil local estava com tendência crescente e teria aumentado quer a OTAN tivesse ou não actuado. Ao fazê-lo, desmente os comentadores que alegam que a OTAN provocou a crise humanitária no Kosovo ao actuar e que o remédio foi pior que a doença.

O profundo conhecimento de Judah da psicologia dos dirigentes das etnias albanesa e sérvia revela-se claramente mas não entra em detalhe nas posições dos 19 governos Aliados e das suas organizações militares. No seu livro, a campanha aérea da OTAN é tratada de forma sucinta próximo do fim. Os que queiram estudar melhor este aspecto deverão preferir a consulta de *Winning Ugly: NATO's War to Save Kosovo* (Brookings Institution Press, 2000) por Ivo Daalder e Michael O'Hanlon, ambos proeminentes especialistas da Brookings Institution com prévia experiência administrativa. Para quem conhece a OTAN, o seu relato é encorajador e sóbrio ao mesmo tempo: encorajador porque os autores fazem várias análises fascinantes e intelectualmente rigo-

rosas das alternativas possíveis à abordagem da OTAN. Ao fazê-lo, mostram que alternativas na altura muito aliciantes, como a partilha do Kosovo, medidas mais severas para o UCK ou concessões a Milosevic para obter o seu acordo para conceder plena autonomia ao Kosovo, não teriam resultado nas circunstâncias existentes na Primavera de 1999. A única forma de evitar não só uma catástrofe humanitária mas a desestabilização de todo o Sul dos Balcãs (o que teria, eventualmente, causado danos duradouros à credibilidade da OTAN) era, na opinião de Daalder e O'Hanlon, a Aliança actuar militarmente. Para parafrasear o que dizia Churchill a propósito da democracia, a *Allied Force* era a pior solução, com excepção de todas as outras. Mas tendo justificado a *Allied Force* através do desmascaramento das falácias das alternativas, os autores de *Winning Ugly* são igualmente implacáveis na sua avaliação da condução do conflito pela OTAN: daí o título agriço do seu livro. Napoleão disse uma vez: "Meu Deus, se eu tiver que combater que seja contra uma coligação". No mesmo espírito, as ciladas das políticas e divergências internas da Aliança são bem analisadas, mesmo reconhecendo os autores que, como é improvável que no futuro os países efectuem intervenções humanitárias sozinhos, será obrigatório aceitar políticas de coligação. As alianças podem complicar as tomadas de decisão militares, mas também tornam claro para um opressor que está contra a comunidade internacional. Em última análise, isto foi um factor determinante no isolamento e fracasso de Milosevic.

Onde Daalder e O'Hanlon insistem no seu raciocínio é em apontar a diferença entre as capacidades militares dos EUA e da Europa na *Allied Force*, que provocou um encargo desproporcionado dos Estados Unidos e frustrou os Aliados europeus, que se sentiram excluídos do centro de tomada de decisões. Para que a guerra em coligação funcione adequadamente em tais operações futuras, as contribuições militares no quadro da OTAN terão que ser mais equilibradas. Daalder e O'Hanlon também censuram a OTAN por ter iniciado a campanha aérea com demora demasiada e ter excluído inicialmente a opção terrestre, assim privando a estratégia da Aliança do elemento de surpresa, que teria mantido Milosevic na dúvida. Têm uma certa razão mas a gestão dum conflito é a arte de conciliar o politicamente possível com o militarmente desejável. A escolha da OTAN não era entre a campanha perfeita e a variante imperfeita. Face à necessidade de obter consenso entre os 19 governos da OTAN, era uma escolha entre uma campanha imperfeita ou nenhuma campanha. Talvez seja melhor triunfar sem glória que perder em beleza. Contudo, as críticas de Daalder e O'Hanlon não podem ser ignoradas, particularmente porque eles estão convencidos de que: "Esta guerra não será a última vez que os governos da OTAN empregarão a força para salvar vidas".

Os que pensam que por trás de cada acontecimento importante há sempre uma turbulenta história interna ficarão bem servidos com *Waging Modern War* (Public Affairs, 2001), as memórias do comandante da *Allied Force*,

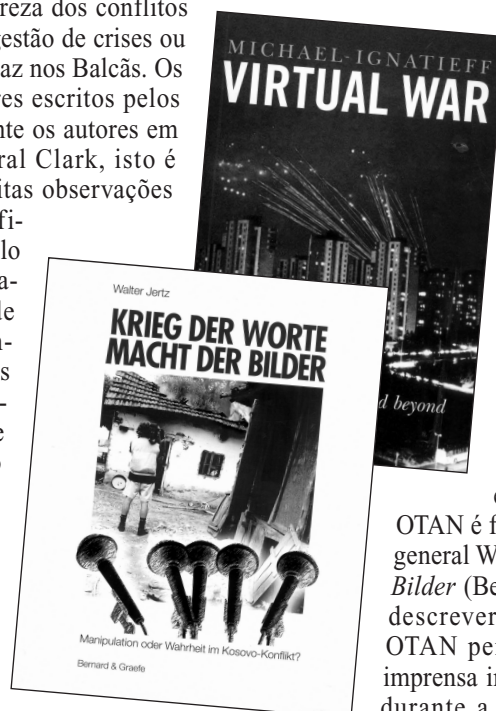


o antigo SACEUR general Wesley Clark. Todos os estudantes de conflitos sabem muito bem que o stresse do combate e a necessidade de constantes decisões dão muitas vezes origem a lutas burocráticas e a choques de personalidades. Confrontar os superiores pode por vezes ser tão difícil como confrontar os adversários. O general Clark explica com sinceridade os seus desapontamentos com os colegas do Pentágono. Mesmo o pessoal da OTAN que esteve na sede da OTAN durante a *Allied Force* descobrirá ao ler este livro que sabia apenas metade do que se passava nos bastidores. A natureza íntima do livro do general Clark, com a sua narrativa exaustiva semelhante à de um diário, torna-o interessante para os especialistas e os jornalistas mas talvez menos para o público em geral, que não está familiarizado com os intervenientes envolvidos. Intrigas burocráticas e conflitos políticos obscurecem frequentemente as considerações do autor de natureza mais geral sobre a natureza dos conflitos modernos, os princípios duma boa gestão de crises ou as perspectivas de consolidação da paz nos Balcãs. Os livros sobre acontecimentos célebres escritos pelos participantes colocam inevitavelmente os autores em primeiro plano. No caso do general Clark, isto é pouco surpreendente e oferece muitas observações internas valiosas. Mas também significa que os que não estavam no círculo pessoal quotidiano de Clark só ocasionalmente são mencionados e de forma passageira, mesmo que também tenham desempenhado papéis importantes. O que aprendemos acerca do próprio autor é tão importante como o que aprendemos acerca do acontecimento. O general Clark descreve bem os constrangimentos que os políticos, os media, as ONG, os colegas e os superiores impõem a um comandante que está a procurar ganhar uma guerra moderna, mas de certa maneira a maior parte destes constrangimentos existe há muito. Dominam as obras sobre o Vietname, por exemplo, tanto como as obras sobre o Kosovo ou a Bósnia.

O que teríamos realmente gostado de encontrar no livro de Clark era uma análise mais conceptual de como difere das precedentes a nova forma de guerra de alta tecnologia e mediatizada. Embora compreendendo a situação difícil de Clark – tentando convencer os seus superiores e os seus colegas do Pentágono de que, quaisquer que sejam os ensinamentos da Guerra do Golfo, o recurso à força esmagadora não é uma doutrina que possa ser aplicada a todos os tipos de conflito – perguntamos a nós próprios no final de *Waging Modern War* o que há de novo ou significativo na palavra “modern”.

Uma tentativa estimulante de resposta a esta pergunta está em *Virtual War* de Michael Ignatieff (Chalto and Winus, 2000). Reunindo entrevistas e ensaios da época, incluindo um sobre Clark (“o comandante virtual”), o livro de Ignatieff está cheio de observações sobre a difícil procura moderna da

guerra perfeita, sem baixas e de impecável justificação moral e jurídica. A sua análise mais interessante é sobre o emprego da imagem selectiva da realidade tanto para promover o apoio interno como para desacreditar a causa do adversário aos olhos da sua própria opinião pública. Mas mesmo a melhor manipulação dos media, os políticos mais persuasivos e a tecnologia mais avançada não podem dissimular indefinidamente a brutalidade e o sofrimento humano dos conflitos armados, nem muito menos podem evitar as baixas reais. Em última análise, a guerra virtual do espectro radioelétrico fica confrontada com a guerra real. Ignatieff, um veterano dos Balcãs e da maior parte dos outros conflitos étnicos da última década, é uma verdadeira autoridade sobre a guerra moderna. Só espero que desenvolva estas interessantes observações no futuro numa obra mais completa e mais abrangente.



No conflito do Kosovo assistiu-se a uma controvérsia sobre o trabalho dos media da OTAN e dos brifingues diários à imprensa da sede da OTAN e das capitais da Aliança. A apresentação ao público do conflito tem sido tão intensamente debatida pelos jornalistas como a condução das próprias operações militares. A OTAN mentiu deliberadamente? Houve mais pessoas encarregadas de apresentar os factos de forma optimista do que verdadeiros porta-vozes? Qual é a responsabilidade dos governos e dos jornalistas na explicação ao público dos conflitos modernos? Um excelente relato do trabalho dos media da

OTAN é feito pelo seu porta-voz militar da altura, o general Walter Jertz, em *Krieg der Worte, Macht der Bilder* (Bernard e Graefe, 2001). Jertz é honesto ao descrever tanto os fracassos como os êxitos da OTAN perante a multidão de representantes da imprensa internacional que invadiu a sede da OTAN durante a campanha aérea. Torna claro que, no “nevoeiro da guerra” de que fala Clausewitz, obter informação exacta do teatro de guerra em tempo real nunca foi fácil, mas demonstra de forma convincente que a OTAN não enganou deliberadamente e foi muitas vezes vítima da sua própria procura de transparência. Jertz realça muitas questões úteis que é preciso melhorar no futuro. Só desejamos que o seu livro seja publicado noutras línguas para que tenha maior divulgação.

A OTAN foi muito criticada por causa do Kosovo tanto na altura como depois. Tem havido muitos revisionistas que aproveitam todas as más notícias para provar que a OTAN não tinha o direito de intervir militarmente. Mas estes livros, que vale bem a pena ler, mostram que a OTAN não tem nada a rezear ou a arrepender-se depois dum exame aprofundado dos factos. Todos os autores criticam o que esteve mal ou poderia ter sido feito de melhor forma. Mas se a *Allied Force* não é apresentada nestes relatos como uma operação mais perfeita do que foi realmente, também a necessidade moral e estratégica da intervenção da OTAN no Kosovo não se mostra menos necessária e legítima. ■

General Sir Rupert Smith: DSACEUR

Desde Novembro de 1998, o general Sir Rupert Smith é Adjunto do Comandante Supremo Aliado da Europa. Um dos oficiais mais distintos da sua geração, tornou-se DSACEUR depois de ter comandado as forças do Exército Britânico na Irlanda do Norte entre 1996 e 1998 e a FORPRONU na Bósnia-Herzegovina em 1995. Deixa o SHAPE em meados de Setembro e passará à reforma no princípio de 2002.

Notícias da OTAN: Podem os soldados ser simultaneamente guerreiros e soldados da paz?

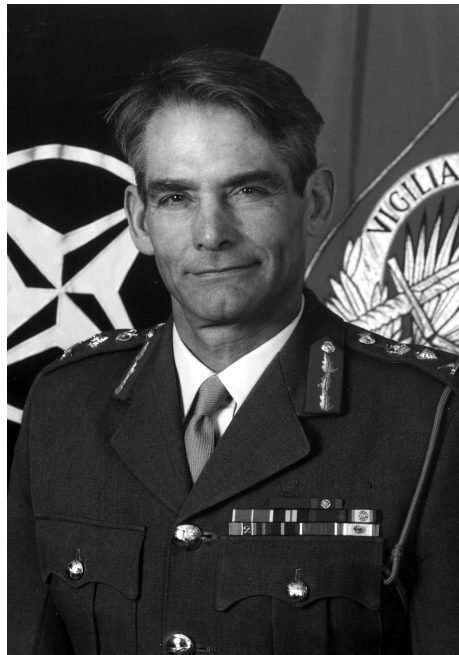
General Sir Rupert Smith: Um soldado é um guerreiro. Não presta como soldado se não for um guerreiro. O fim com que é utilizado um soldado cobre uma gama de actividades, incluindo a manutenção da paz.

NO: Quais são as actividades apropriadas para os soldados da paz?

RS: Isso depende da natureza da paz que está a procurar manter, de quem está a perturbar a paz e do nível da força de que necessita para conseguir criar as condições que o mandaram criar. Se está a enfrentar um inimigo fortemente armado com um exército plenamente organizado, então tem que dispor duma capacidade semelhante. Se está a enfrentar um adversário ocasional, então é claramente inadequado empregar mais força do que a necessária para atingir os seus objectivos.

NO: Que espécie de força acha que teria sido apropriado empregar durante a guerra da Bósnia e acha que teria sido capaz de empregar essa força?

RS: As forças destacadas pelas Nações Unidas não estiveram lá para manter a paz, impor a paz ou serem soldados da paz. Estiveram lá para proteger os comboios de ajuda humanitária destinada a não combatentes. Na maior parte dos casos, esta ajuda foi prestada com êxito. Quando o seu mandato foi alargado para proteger o que veio a ser conhecido por “áreas de segurança”, o êxito foi menor, embora tivessem conseguido fazer chegar ajuda a estes enclaves. Contudo, quando se tratou de dissuadir novos ataques às “áreas de segurança”, sem outro recurso potencial à força a não ser recorrer à OTAN para ataques aéreos, fracassaram e foi preciso um certo tempo para reunir forças suficientes



© OTAN

com as capacidades necessárias para tomar medidas mais enérgicas.

NO: Deverão os soldados ser destacados com o tipo de mandato que as forças da ONU tinham durante a guerra da Bósnia ou deverá ser estabelecido um mandato mais forte antes de serem destacadas as tropas?

RS: Pode-se destacar forças com esse tipo de mandato desde que isso corresponda ao que se pretende que elas façam. O que não se deve fazer é decidir posteriormente que se quer que elas façam algo diferente sem as equipar e sem lhes dar regras de empenhamento adequadas para executar esta missão. Isto foi manifestamente o que aconteceu na Bósnia com as “áreas de segurança”, onde a ideia era dissuadir novas incursões nestes

enclaves mas as forças para o conseguir eram inadequadas.

NO: Que estratégia dará resultado em situações complexas como a da Bósnia?

RS: Se se quer usar a força para ajudar a chegar a uma resolução do conflito, é preciso fazê-lo com o apoio dum processo político. A perspectiva do uso da força e o processo político têm que andar a par e não serem tratados como processos independentes. Os acontecimentos de 1995 na Bósnia são um bom exemplo de vários intervenientes a actuar no mesmo sentido e ao mesmo tempo. Richard Holbrooke estava a procurar uma solução diplomática, o que levou eventualmente ao Acordo de Dayton, e estava a ser usada a força em complemento das negociações, embora isto tivesse acontecido mais para aproveitar a oportunidade do que por planeamento.

NO: Esteve envolvido nos Balcãs tanto em funções confiadas pela OTAN como pela ONU. Como é que

isto influenciou a sua opinião acerca dos papéis respectivos destas duas organizações?

RS: Não acho útil fazer comparações porque se trata de duas organizações diferentes. A OTAN tem um número limitado de membros. É regional. Está organizada e equipada com um só objectivo, combater. Os países que são membros da OTAN estão no seu conjunto confiantes na orientação política do Conselho do Atlântico Norte para as suas forças. Por outro lado, nas Nações Unidas estão todos os países, ou quase todos. A sua responsabilidade é mundial e não uma responsabilidade regional. É a autoridade legal para muito do que fazemos e ocupa-se duma vasta gama de tarefas difíceis além da de combater.

NO: Que ingredientes considera cruciais para o êxito das operações dirigidas pela OTAN nos Balcãs e para as operações de manutenção da paz em geral?

RS: A OTAN só pode ter êxito nas operações de manutenção da paz numa medida muitíssimo limitada porque o que pode fazer é apenas proporcionar as condições em que possa haver êxito. São as outras organizações, as que constroem nações, reformam instituições, salvam e reabilitam populações, etc., que podem ter êxito.

NO: Que pontos de referência devem existir para que seja possível reduzir a dimensão das missões de manutenção da paz?

RS: Tem que ser feita uma apreciação das possibilidades dum reiniciar dos combates bem como do estado de outras instituições, tal como uma força policial bem desenvolvida e um sistema judiciário, que devem todas elas ter a confiança da população local. Após a guerra civil, o fracasso do governo interno e a quebra da confiança entre os grupos étnicos, os pontos de referência a ter em conta são a situação e as actividades dos organismos que estão na origem dos combates. Foram neutralizados pela nossa presença? Acabou-se com eles ou foram reformados? Foram reconstruídos para os tornar valiosos ou foram substituídos e foi criado algo em seu lugar? À medida que diminuem os riscos dum reinício dos combates, pode ser reduzida a presença dissuasora no terreno. Contudo, isto não é um processo rápido.

NO: Como se podem preparar melhor os soldados para missões como a SFOR e a KFOR? E onde acaba o trabalho dum soldado e começa o dum polícia?

RS: Começo pela segunda pergunta porque isso ajuda a responder à primeira. A tarefa primária dum soldado é eliminar o seu adversário. É por isso que ele está ali e para lá foi enviado. O objectivo primário dum polícia é prender quem procede mal e fazer com que a acusação seja bem sucedida. São duas funções muito diferentes. É claro que o soldado pode ajudar o polícia, dando-lhe informações, mesmo protegendo o polícia para que ele possa exercer as suas funções. Mas, em última análise, ele não é um polícia. Da mesma forma, o polícia não impõe a sua vontade ou a lei pela força. Impõe a lei pela dissuasão duma acusação bem sucedida. E aqui está a diferença entre os dois. Nestas

circunstâncias, convém não esquecer esta diferença porque mostra para que tem que ser preparado o soldado. Tem, em primeiro lugar e acima de tudo, de saber usar as suas armas. Mas a seguir tem que ser capaz de apoiar aquele polícia nas condições existentes naquela comunidade. Assim, tem que compreender aquela comunidade. Tem que ser capaz de operar a um nível baixo, tomando decisões que são provavelmente mais importantes e complexas do que as que teria que tomar num conflito convencional. Por fim, tem que saber recolher as informações que apoiam o polícia no seu trabalho. Doutra forma, não é possível criar a força de polícia necessária para substituir os soldados.

NO: Os militares acabaram por ser envolvidos em muitos aspectos da reconstrução nos Balcãs. Que ensinamentos colhe da sua experiência das missões na Bósnia e no Kosovo? Como pode ser feita uma melhor coordenação das relações entre civis e militares?

RS: Utilizamos soldados, especialmente de engenharia, para executar tarefas de reconstrução. Algumas destas tarefas podem muito bem ser feitas pelos militares. Por exemplo, com a possível excepção de uma ou duas organizações não governamentais, somos provavelmente os mais competentes em áreas como a desminagem. Dito isto, usar o pessoal da engenharia militar para construir escolas é válido provavelmente nas primeiras fases duma operação. Mas, depois das coisas progredirem, tal reconstrução está a tirar a possibilidade de criação de trabalho para a população local e não é forma de criar uma sociedade nova. Pode ser preciso recorrer a alguns engenheiros mais experientes para supervisionar inicialmente os trabalhos de construção local, mas mesmo neste caso não devem permanecer muito tempo porque a sua presença comprometeria a evolução da sociedade. A coordenação destes trabalhos com as organizações civis encarregadas da reconstrução exige uma certa forma de administração civil central, seja o governo local seja uma administração imposta como foi o caso com as Nações Unidas no Kosovo, e então deverá ficar claro quem é que apoia quem em cada caso particular.

NO: Como é que encara as operações duma futura força europeia de reacção rápida? Em que circunstâncias poderia actuar independentemente da OTAN?

RS: Vejo uma força europeia de reacção rápida a operar duma forma muito semelhante a uma força da OTAN. Os países fornecedores de forças são na maioria dos casos os mesmos e não prevejo grandes dificuldades. No caso duma crise na região europeia, teria que haver um debate entre a OTAN e a União Europeia. As vantagens de quem executaria que acção teriam que ser debatidas antes de decidir qual a instituição que a dirigiria. As razões precisas quanto a quem dirigirá variarão de acordo com a crise.

NO: Embora ainda esteja longe da idade normal da reforma, vai deixar as forças armadas no princípio do próximo ano. Que desafios prevê ao passar à reforma?

RS: Os desafios virão ao meu encontro. Sempre vieram. ■

Aumento da contribuição da Itália

Carlo Scognamiglio-Pasini explica como e porquê a Itália expandiu o seu papel nas operações de manutenção da paz dirigidas pela OTAN nos Balcãs.

Nos cinco meses e meio decorridos desde o primeiro destacamento de tropas da OTAN para os Balcãs, o número de italianos no terreno, tanto em valor absoluto como proporcionalmente, tem aumentado constantemente. De facto, a Itália contribui, actualmente, com tantas tropas para as operações de manutenção da paz dirigidas pela OTAN na Bósnia-Herzegovina (Bósnia) e no Kosovo como a França e o Reino Unido. Isto resulta duma política deliberada de assumir um papel mais importante numa região em que Roma considera que os seus interesses nacionais estão em causa.

Partilhando o mar Adriático com a Eslovénia, a Croácia, o Montenegro e a Albânia, a Itália é um pólo de atracção óbvio para os refugiados, muitos dos quais cresceram a ver a televisão italiana, a sonhar com a Itália e a falar italiano. Estes laços são profundos e duradouros e ajudam a explicar por que muitos cidadãos italianos comuns se têm oferecido, nos últimos anos, para dar assistência, ajudando a prestar assistência humanitária durante a guerra e, depois, ajudando a reconstruir sociedades destroçadas.

Os soldados da paz italianos foram destacados pela primeira vez para os Balcãs com a entrada na Bósnia da Força de Implementação (IFOR) dirigida pela OTAN em Dezembro de 1995. Não estiveram envolvidos na FORPRONU durante a guerra da Bósnia porque, quando a missão foi criada em 1992, as Nações Unidas estavam relutantes em empregar soldados da paz de países vizinhos com um historial de envolvimento militar na ex-Jugoslávia. Por isso, entre 1992 e 1995, a Itália centrou a sua acção em trabalho de assistência. Quando, em 1994, a União Europeia assumiu a administração da dividida e devastada pela guerra cidade de Mostar no Sul da Bósnia, a Itália destacou 40 *carabinieri* para uma força internacional de polícia criada sob os auspícios da União da Europa Ocidental. E, quando os aviões da OTAN foram atacar alvos sérvios bósnios, primeiro em ataques limitados visando levantar o cerco a Sarajevo em 1994 e depois numa vaga de ataques sucessivos em Agosto e Setembro de 1995, descolaram de bases aéreas italianas.

Inicialmente, foram destacados cerca de 3 200 militares italianos para o sector francês da IFOR. Na altura, a IFOR tinha 60 000 soldados. Actualmente, cerca de 1 800 militares italianos permanecem numa muito reduzida Força de Estabilização (SFOR) com 20 000 soldados e outros 6 000 estão actualmente destacados na Força do Kosovo (KFOR). Estes números incluem alguns *carabinieri* italianos, polícias com um estatuto militar, que têm, desde Agosto de 1998, sido

utilizados nas chamadas Unidades Multinacionais Especiais (MSU) para ajudar a manter a ordem pública. Os *carabinieri* têm aptidões que são perfeitamente adequadas para a manutenção da paz. Em consequência, têm sido destacados na Bósnia e no Kosovo para patrulhar áreas sensíveis, ajudar no regresso às suas casas dos refugiados e das pessoas deslocadas e intervir no caso de alteração da ordem pública.

Os *carabinieri* foram também essenciais para o êxito da *Operação Alba* em 1997, quando a Itália reuniu uma força de intervenção com 7 000 homens de oito países para restabelecer a lei e a ordem na Albânia no seguimento do colapso duma série de investimentos em pirâmide. Esta “coligação de boas vontades” foi autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU e coordenada por um comité *ad hoc* de orientação política. Tendo durado de Abril a Agosto, foi também a primeira missão de gestão de crises conduzida na Europa por uma força militar multinacional composta exclusivamente de europeus.

O ponto de viragem da atitude italiana ocorreu no seguimento da decisão da OTAN de estacionar uma força de evacuação na Ex-República Jugoslava da Macedónia*. Esta força, dirigida pela França, foi destacada para apoiar e, se necessário, ajudar na retirada da missão de verificação no Kosovo da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. Em Novembro de 1998, o novo governo de Massimo D’Alema decidiu que a Itália desempenhasse um papel mais importante destacando 2 850 soldados, o equivalente a uma brigada, equipados com os muito desejados helicópteros anti-tanques A-129.

Esta mudança de atitude deve-se ao facto de Massimo D’Alema e eu, então ministro da defesa, estarmos preocupados com o impacte dos acontecimentos no Kosovo sobre a estabilidade da Albânia. Este país já tinha mergulhado na anarquia por três vezes na década anterior, daí resultando directamente aumentos no contrabando e na criminalidade na zona do Adriático e obrigando Roma a reagir em condições quase impossíveis. Queríamos evitar uma repetição estabilizando a Albânia e eu pensei que a melhor maneira de o conseguir seria ajudar os albaneses a sentirem-se em segurança no seu país. Além disso, achei que isto podia ser conseguido se a OTAN incluísse a Albânia na sua política de segurança estratégica. Na altura, contudo, os outros membros da OTAN opuseram-se a esta proposta.

Na altura, estávamos preocupados com a maneira como o relacionamento ítalo-albanês estava a começar a parecer-se com um protectorado, mas as nossas tentativas para internacionalizar a questão tinham falhado. Contudo, compreendi que algo estava errado da nossa parte, se os outros membros

O senador Carlo Scognamiglio-Pasini é director do Instituto Aspen da Itália e um antigo ministro da defesa italiano.

da Aliança não nos estavam a dar ouvidos. A primeira medida para chamar a atenção dos nossos Aliados para as nossas preocupações exigiu igualarmos a contribuição de tropas da França e do Reino Unido para as operações dirigidas pela OTAN nos Balcãs. As decisões que se seguiram resultaram deste ponto de viragem.

Quando, em 24 de Março de 1999, a OTAN lançou ataques aéreos contra as forças jugoslavas, a Itália contribuiu com 50 aviões de combate para o total de 900 da campanha. Quando terminou a campanha aérea de 78 dias, Milosevic concordou em retirar o Exército Jugoslavo do Kosovo e, no dia seguinte, forças italianas entraram na província a partir da Ex-República Jugoslava da Macedónia* para se encarregarem dum sector no Noroeste do Kosovo, à volta da cidade de Pec.

Os meus registos da campanha do Kosovo incluem dois aspectos que são pouco conhecidos: a questão da chamada “opção terrestre” e o contexto albanês. No princípio do conflito, a estratégia de Milosevic parecia ser procurar resistir aos ataques aéreos até que a coligação contra ele se desintegrasse, enquanto desestabilizava os países vizinhos que eram a Albânia e a Ex-República Jugoslava da Macedónia*, cujo território tinha sido um local de estacionamento necessário para as forças terrestres da OTAN. Um mês depois de iniciada a operação *Allied Force*, levantou-se a questão da eficácia duma campanha baseada inteiramente no emprego do poder aéreo e a OTAN estava sob pressão para encontrar outra opção para vencer o conflito. Embora nunca tivessem sido elaborados planos para uma invasão terrestre do Kosovo, este assunto foi discutido numa reunião informal dos ministros da defesa dos cinco maiores países da OTAN a 27 de Maio. Além disso, apesar de ser considerada o elemento mais fraco da coligação, a Itália comprometeu-se nesta reunião a fornecer incondicionalmente até 10 000 homens, um acontecimento descrito no recente livro do antigo SACEUR general Wesley Clark.

O resultado desta reunião foi uma decisão para voltar a reunir a 15 de Junho com o fim de juntar as forças necessárias



A Itália aumentou a sua contribuição para as operações de manutenção da paz dirigidas pela OTAN nos Balcãs para igualar a da França e a do Reino Unido

para lançar uma ofensiva terrestre o mais tardar a 15 de Setembro. Contudo, esta segunda reunião nunca teve lugar porque Milosevic decidiu render-se e retirar o Exército Jugoslavo do Kosovo a 9 de Junho. Contudo, estou convencido de que ele estava ciente de que a sua última hipótese de ver a coligação desintegrar-se tinha desaparecido e, conseqüentemente, não fazia sentido continuar a resistir.

Na Albânia, receávamos que Milosevic pudesse tentar desestabilizar o país provocando um êxodo maciço de refugiados. Duas abordagens eram necessárias para contrariar esta tática: fornecer aos albaneses abrigo e alimentação suficientes para manter os refugiados próximo da fronteira com vista a um possível regresso a casa; e mantê-los confiantes em que a OTAN cuidaria deles e, acima de tudo, que a Aliança triunfaria. Em Janeiro de 1999, o Exército Italiano identificou locais possíveis para campos de refugiados e começou a armazenar

viveres e a preparar abrigos. Quando, pouco depois do início da campanha aérea, a Albânia foi inundada por perto dum milhão de refugiados, foi possível construir rapidamente campos na região de Kukes e noutros locais, assim mantendo a esperança entre a população e minorando a catástrofe humanitária. Além disso, o destacamento para a Albânia de mais de 7 000 soldados da OTAN, incluindo um grande contingente italiano, na operação *Allied Harbour* a 15 de Abril reforçou a mensagem de que os refugiados iriam regressar a casa.

Como, na altura, a Itália só possuía uma força de reacção rápida de 20 000 homens, arriscámos seriamente um alargamento excessivo das nossas forças armadas durante a campanha do Kosovo. No seguimento destas operações, o nosso governo propôs uma lei, que foi subsequentemente aprovada pelo parlamento, acabando com a conscrição e passando o exército a ser inteiramente profissional. Isto deverá aumentar substancialmente a dimensão das forças de reacção rápida da Itália para satisfazer as necessidades de qualquer futura operação de manutenção da paz da OTAN. ■

A reforma das forças armadas da Polónia

Bronislaw Komorowski expõe as razões que sustentam o programa de reestruturação e modernização das forças armadas do seu país.

As Forças Armadas Polacas atravessaram um período agitado na década que se seguiu a 1989. Como em outros países da era pós comunista, os sucessivos governos descobriram à sua custa que a transformação da instituição da defesa, componente essencial da transformação social, política e económica do país, era mais difícil, mais penosa e mais lenta do que se esperava. Estas dificuldades foram aumentadas na última parte da década pelas novas reformas necessárias devido à entrada da Polónia na OTAN. Em consequência, as Forças Armadas Polacas ainda têm actualmente pela frente um longo e difícil caminho de reformas.

Durante os próximos cinco anos, estas reformas modificarão fundamentalmente não apenas a estrutura das Forças Armadas, os seus sistemas de comando, controlo, comunicações e informações e os seus procedimentos operacionais mas também o sistema de formação e a estrutura do pessoal militar. Estas mudanças não só serão extremamente complexas para as forças armadas, como irão quase inevitavelmente criar tensões sociais e ter como consequência um relacionamento diferente entre os militares e a sociedade civil.

Actualmente, os 350 000 homens das forças armadas dos anos 80 estão reduzidos a cerca de 200 000. Contudo, esta alteração numérica não conseguiu criar melhorias qualitativas semelhantes. Embora as reformas visassem criar forças armadas mais pequenas mas mais eficazes, o aumento de eficácia foi pequeno devido à inaptidão para atribuir a economia conseguida com a redução de efectivos à sua modernização técnica. Esta poupança regressou ao orçamento do Estado para satisfazer as necessidades mais imediatas do país.

A participação da Polónia como membro da OTAN no planeamento da defesa desde 1999 tem sido um grande incentivo para a reforma e o último programa de reforma visa satisfazer os objectivos da Aliança. Quando a Polónia aderiu à OTAN, os membros da Aliança aprovaram um novo Conceito Estratégico e lançaram a Iniciativa das Capacidades de Defesa. Os objectivos de forças resultantes, que estão ligados principalmente à modernização técnica das forças armadas, à organização de forças de reacção rápida e à melhoria das operações, exigem uma despesa substancial e o desenvolvimento dum melhor quadro de planeamento financeiro a longo prazo, bem como uma mudança total da filosofia da reforma das forças armadas. *O Programa de Reestruturação e Modernização Técnica das Forças Armadas da República da Polónia para 2001-2006* (o programa de reforma) baseia-se nestes princípios.

Bronislaw Komorowski é o Ministro da Defesa da Polónia.

As primeiras reduções de efectivos não foram seguidas de reduções semelhantes no material e meios militares. As forças armadas têm, por exemplo, utilizado equipamento de alta manutenção e munições de pouco valor militar e de treino, como os tanques T-55 e as granadas de 100 mm. Além disso, o equipamento e arsenais de munições obsoletos exigem uma supervisão activa, que é extremamente dispendiosa. A alienação dos meios excedentes, incluindo campos de treino obsoletos, muitos dos quais têm algum valor comercial, deveria produzir economias de 200 a 250 milhões de zloty (cerca de 50 a 60 milhões de USD). Outras economias deverão resultar das planeadas reduções de pessoal militar, dinheiro que no futuro será mantido no orçamento da defesa, e duma alteração dos procedimentos de aquisições e da contratação de serviços ao sector privado.

Estas medidas de redução de custos deverão permitir ao Ministério da Defesa aumentar a parte do seu orçamento atribuída a despesas de investimento dos actuais 12% para 23% em cinco anos. Na prática, deverão aumentar o orçamento do Ministério da Defesa e assegurar o financiamento necessário para a reestruturação e modernização a longo prazo. Contudo, para conseguir isto, o orçamento do Ministério da Defesa precisará de ser mantido em 1,95% do PIB durante o período de implementação das reformas.

Todos os projectos relacionados com as obrigações da Polónia em relação à OTAN, bem como com as actuais necessidades do sistema de defesa da Polónia fazem parte do programa de reforma. No processo de reestruturação das forças armadas da Polónia, um terço das forças – forças de reacção rápida e de cobertura estratégica – deverão tornar-se totalmente interoperacionais com as outras forças da OTAN, adaptando-se aos padrões da OTAN relativos a armamentos, equipamento, mobilidade e aptidão para operar em missões complexas fora do território polaco. O programa prevê a modernização dos sistemas de informações, de comando e de defesa aérea, bem como acabar com nova deterioração dos armamentos e das infra-estruturas militares nos restantes dois terços das Forças Armadas Polacas.

Outros planos incluem a criação de divisões funcionais claras entre forças operacionais e de apoio; a mudança da estrutura dos postos dos soldados profissionais para a adaptar aos padrões da OTAN; e a adaptação dos sistemas logísticos aos dos países da OTAN, melhorando a sua aptidão para cooperar com as estruturas relevantes da OTAN e aumentando a sua mobilidade para lhes permitir participar em operações fora da Polónia.

Na realização do projecto do Sistema de Comando de Operações de Guerra e na sua compatibilização com os sistemas de comando da OTAN, a redução do pessoal de acordo com um calendário apertado será provavelmente a tarefa mais difícil. No final de 2001, mais 26 000, ou seja 13% do total, deverão ter saído, ficando 180 000, incluindo 36 000 oficiais e 52 200 outros militares profissionais. O número de conscritos será reduzido para 91 800. Em 2003, o número total será novamente reduzido, para 150 000, dos quais 75 000 serão profissionais.

As reduções de pessoal estão directamente ligadas ao recrutamento para as escolas militares, bem como ao sistema de licenciamento. Embora os formados pelas escolas militares polacas se vangloriem dum alto nível de formação e de competências militares, o processo escolar é excessivamente longo e dispendioso em relação às reais necessidades das forças armadas. O custo anual da formação dum cadete atinge aproximadamente 38 000 zloty, contra 6 500 zloty para um estudante universitário. Em consequência, em primeiro lugar, o número de vagas para as academias militares será reduzido. Após esta redução, as forças armadas começarão a recrutar licenciados pelas universidades para os postos de oficial em sistema de contrato e introduzirão um sistema de formação contínua. Os custos sociais destas reduções serão provavelmente extremamente elevados e isto pode causar perturbação entre aqueles oficiais – coronéis, tenentes-coronéis e majores – que suportarão o impacto das reduções, muitos dos quais serão licenciados dentro de três anos.

A modernização técnica das forças armadas será provavelmente menos penosa, mas igualmente dispendiosa. O ponto central do programa de modernização será o fornecimento de equipamento moderno às Unidades de Alta Prontidão Operacional (um terço do total das forças armadas). Isto será feito adquirindo equipamento novo ou modernizando o antigo, bem como atribuindo às Unidades de Alta Prontidão Operacional armamento actualmente utilizado por outros tipos de forças. O processo da modernização técnica baseia-se em programas de longo prazo com financiamento legalmente garantido.




Muitas mãos: uma grande maioria do parlamento polaco votou a favor da adesão à OTAN e do programa de reforma da defesa

Serão reservados recursos significativos para as seguintes áreas: modernização do sistema de defesa aérea, incluindo o sistema de comando e o processo de aquisição de aviões polivalentes; actualização dos tanques T-72 para satisfazerem os padrões da OTAN e aquisição de tanques novos; entrada ao serviço de tipos diferentes de viaturas blindadas de rodas de transporte de pessoal e de novos mísseis guiados anti-tanques; instalação em navios de modernos sistemas de mísseis; modernização

dos helicópteros de combate; aquisição de aviões de transporte médios; e entrada ao serviço de novos navios de superfície dos tipos 621 (corvetas) e FFG-7 (fragatas) e de submarinos.

Em 2006, as Forças Armadas Polacas deverão ter as seguintes unidades, equipadas e treinadas segundo os padrões da OTAN: 11 unidades de combate do tipo brigada-regimento, 15 unidades de combate do tipo batalhão, 2 unidades do tipo companhia, 5 esquadrilhas aéreas tácticas, 22 divisões de mísseis de defesa antiaérea, 7 bases aéreas, 3 unidades rádio-electrónicas, 35 navios e 2 esquadrilhas de aviação naval. Nessa altura, as unidades polacas do Corpo Multinacional Dinamarquês-Alemão-Polaco Nordeste baseado em Szczecin, Polónia, terão atingido os padrões OTAN exigidos.

O processo da modernização técnica, que incluirá a aquisição de armamentos e de equipamento militar, deverá criar oportunidades para a indústria militar e empresas relacionadas da Polónia. O programa foi estabelecido com base numa vasta gama de consultas com os políticos de todas as tendências e com peritos militares. A implementação será difícil e exigirá um apoio alargado. Curiosamente, contudo, as reformas planeadas foram bem recebidas por todos os principais partidos políticos, tanto os do governo como os da oposição. Este apoio levou à aprovação no Parlamento, por uma larga maioria, a 25 de Maio de 2001, dum lei sobre o programa de reforma. ■

 Para mais detalhes do Programa de Reestruturação e Modernização Técnica das Forças Armadas da República da Polónia para 2001-2006 ver www.wp.mil.pl.

Mulheres em uniforme

Vicki Nielsen examina em que medida as mulheres foram integradas nas forças da OTAN



© US DoD

Indicando a direcção: durante as últimas quatro décadas, o estatuto, situação e número de mulheres nas forças armadas da OTAN mudaram de forma quase irreconhecível

As mulheres das forças da OTAN têm muito que comemorar este ano. É o 40.º aniversário da primeira Conferência da OTAN das Mulheres Oficiais Superiores e o 25.º aniversário do reconhecimento formal do Comité sobre as Mulheres nas Forças da OTAN pelo Comité Militar, a mais alta autoridade militar da OTAN.

Durante as últimas quatro décadas, o estatuto, situação e número de mulheres nas forças armadas da OTAN mudaram de forma quase irreconhecível. De acordo com as estatísticas do Gabinete sobre as Mulheres nas Forças da OTAN, o número de mulheres em uniformes da OTAN, todas voluntárias, passou de 30 000 em 1961 para 288 000 actualmente. Mas cada uma das forças armadas tem a sua própria história, tradições e cultura e o grau de integração das mulheres varia dumas para as outras. Embora as mulheres sirvam nas forças armadas há muitos anos, o debate sobre a feminização das forças armadas continua, mesmo nos países que avançaram mais que os outros na via da integração: acerca de como e onde as mulheres deverão prestar serviço e receber a formação, acerca da medida em que deverão ser integradas e mesmo acerca de saber se o processo já avançou demais.

Vicki Nielsen é Adjunta do Chefe de Redacção da Notícias da OTAN.

Como a integração das mulheres tem lugar a níveis diferentes e de formas diferentes, é difícil traçar um quadro preciso entre os países da OTAN. Um breve exame do caso de alguns Aliados com uma história mais longa de mulheres militares, muitas vezes datando da 2.ª se não da 1.ª Guerra Mundial, ilustra este aspecto.

A Noruega e a Dinamarca são, em alguns aspectos, os países mais avançados, quanto à integração das mulheres. A Noruega foi o primeiro país da OTAN a autorizar as mulheres a prestarem serviço em submarinos e as mulheres têm sido autorizadas a servir em todas as outras funções de combate desde 1985. A Dinamarca abriu todas as funções e unidades das forças armadas às mulheres em 1988, após experiências efectuadas em sectores de combate em 1985 e 1987. As militares dinamarquesas e norueguesas prestam ou prestaram serviço em quase todas as funções operacionais das forças armadas, excepto comandos-pára-quedistas e fuzileiros, porque até hoje nenhuma mulher satisfaz os requisitos de admissão. Também nenhuma mulher dinamarquesa ainda prestou serviço como piloto de avião de caça. Nos dois países, as mulheres treinam, trabalham e são destacadas em pé de igualdade com os homens. Também se podem alistar como voluntárias no serviço efectivo normal, uma possibilidade que lhes permite uma visão interna das forças armadas e poderá encorajá-las a seguir uma carreira militar. Tem mesmo havido recentemente debate na Noruega

acerca da introdução do serviço militar obrigatório para as mulheres como forma de fomentar a representação feminina e promover a igualdade dos sexos.

Contudo, com uma percentagem de 5% do total na Dinamarca e de apenas 3% na Noruega, a representação das mulheres é baixa comparada com a de outros Aliados. A Noruega visa aumentar a proporção de mulheres para 7% em 2005 mas, apesar da posse da primeira mulher ministra da defesa da Noruega em Março de 1999, poucas militares norueguesas atingiram postos elevados. A primeira mulher promovida ao posto de coronel só o foi em Novembro de 1999. Uma das razões é que muitas mulheres oficiais mudam do serviço operacional para o serviço administrativo depois da licença de maternidade, o que reduz as suas possibilidades de serem seleccionadas para frequentar academias militares. Poucas mulheres atingiram também os postos superiores das Forças Armadas Dinamarquesas, onde o recrutamento e a fixação de militares do sexo feminino são também problemáticos. Em 1999 e 2000, as academias militares registaram a mais baixa admissão de mulheres dos últimos anos.

A maior representação de mulheres nas forças armadas em serviço activo é encontrada nos Estados Unidos (14%) e no Canadá (11,4%). O salto no número de militares do sexo feminino nos EUA deu-se com a criação da All-Volunteer Force em 1973. Na altura, o desencanto com as forças armadas no seguimento da Guerra do Vietname fez com que, havendo menos homens a querer prestar serviço, os recrutas femininos fossem

bem-vindos. Actualmente, 8,6% das forças dos EUA destacadas em todo o mundo são mulheres. Mais de 11 200 participaram nas operações de manutenção da paz da OTAN e 37 000 serviram no Golfo durante a *Operação Tempestade do Deserto* em 1991. As militares dos EUA estão também a atingir os postos mais elevados. Até agora, quatro mulheres atingiram o posto correspondente a três estrelas de tenente-general/vice-almirante.

Contudo, nem todos os cargos estão abertos para as mulheres nas forças dos EUA. Em teoria, só os cargos envolvendo combate terrestre directo continuam inacessíveis. Mas, na prática, a política corrente de nomeações faz com que vários outros cargos sejam efectivamente só para homens e, assim, só 80% estão acessíveis para as mulheres. As militares canadianas, por outro lado, têm podido prestar serviço em quase todas as funções e ambientes desde 1989. A única excepção era a bordo de submarinos e mesmo esta restrição foi levantada em Março deste ano. Espera-se que, no Outono, iniciem o treino em submarinos as primeiras mulheres. Contudo, a maior parte das mulheres das Forças Armadas Canadianas continuam concentradas em áreas mais tradicionais e tem havido pouco êxito na sua integração em cargos nas armas combatentes – infantaria, artilharia, engenharia e blindados – onde a representação se mantém baixa, 1,9%.

As forças armadas da França, Holanda e Reino Unido também têm uma longa história de recrutamento de militares do sexo feminino e as mulheres representam mais de 8% do pessoal. Duma maneira geral, poucas mulheres atingiram postos

O debate continua

Nem todos se regozijam com o afluxo crescente das mulheres nas forças armadas. Alguns tradicionalistas continuam a considerar que as mulheres não têm lugar na tropa. Numa discussão no jornal *Millenium* o ano passado, um caloroso defensor desta opinião, Martin Van Creveld da Universidade Hebraica de Jerusalém, argumentava que a feminização é em parte um sintoma e em parte uma causa da decadência das forças armadas evoluídas. Nas suas respostas, tanto Christopher Coker da London School of Economics como Jean Bethke Elshtain da Universidade de Chicago contestavam a opinião de que as forças armadas estão em decadência. Argumentavam, ao contrário, que está em curso um processo de mudança que reflecte a evolução do contexto social, tecnológico e da segurança internacional, que exige que as forças armadas sejam mais receptivas a certas pressões da opinião pública relativas aos valores civis e que impõe novas exigências às forças armadas em termos de competências, particularmente para as actividades de manutenção da paz.

Caroline Kennedy-Pipe da Universidade de Sheffield faz eco destas opiniões num artigo que apareceu no *Journal of Strategic Studies* em Dezembro passado. Evocando a definição do combatente do futuro dada por Christopher Bellamy em *Knights in White Armour*, argumentava que as inovações tecnológicas mudaram a natureza da guerra contemporânea, tornando o antiquado combate de perto menos

provável e deixando o papel do combatente moderno mais neutral do que nunca em relação aos sexos. Em consequência, restam poucas boas razões militares para recusar cargos nas forças armadas às mulheres física e intelectualmente competentes. Além disso, propôs que o debate ultrapasse a questão de saber se as mulheres deverão ser plenamente integradas e trate de saber "como e onde elas podem servir melhor nas novas guerras que exigem novos combatentes".



© Danish Armed Forces

Da maquilhagem para a camuflagem: os debates acerca da feminização das forças armadas andam à volta da adequação, aptidão e pertinência das mulheres para a guerra

elevados. As mulheres continuaram segregadas em corpos femininos tanto na Holanda como no Reino Unido até ao princípio dos anos 80 e 90, respectivamente. A França concedeu estatuto igual às militares femininas no princípio dos anos 70 mas só nos anos 80 foram tomadas medidas importantes para melhorar a integração das mulheres e as quotas foram mantidas até 1998. O recrutamento de militares femininos deverá aumentar com o fim do serviço militar obrigatório em 2002. O novo objectivo das Forças Armadas Holandesas de 12% de pessoal feminino em 2010 pode ser difícil de alcançar dadas as dificuldades encontradas para atingir os níveis actuais e os problemas com a fixação.

Em teoria, todos os cargos estão abertos às mulheres tanto nas forças armadas holandesas como francesas. Na prática, contudo, o acesso a algumas especialidades continua restrito, normalmente com base nos requisitos físicos e na eficácia em combate, ou por razões práticas, como no caso dos submarinos. A maior parte das mulheres destacadas continua a prestar serviço em unidades logísticas ou de apoio ao combate, embora as operações efectuadas nos últimos anos tenham demonstrado a aptidão das mulheres para operar eficazmente em zonas de guerra.

Continua a haver algumas restrições no Reino Unido, mas muitas mudanças tiveram lugar no princípio dos anos 90, quando as mulheres foram autorizadas a prestar serviço em navios de superfície e em todas as funções a bordo de aviões. Actualmente, mais de 95% dos cargos estão acessíveis na força aérea, assim como cerca de 70% tanto no exército como na marinha. As militares femininas do Reino Unido prestam serviço ao lado dos seus camaradas homens em quase todas as especialidades, excepto nas unidades cuja missão principal é "entrar em contacto com o inimigo e matá-lo", caso em que se considera que a sua presença comprometeria a eficácia em combate. Tais restrições são compatíveis com uma decisão do Tribunal Europeu que autoriza que as mulheres sejam excluídas de certos cargos com base na eficácia em combate, deixando ao cuidado das autoridades nacionais decidir quais. As militares femininas do Reino Unido também estão impedidas de prestar serviço em submarinos ou como mergulhadores de limpeza de minas da Marinha por razões médicas.

As militares femininas belgas entraram em cena mais tarde, tendo as forças armadas sido abertas às mulheres apenas em 1975. Mas, actualmente, constituem mais de 7% do total e o seu número continua a aumentar, inclusive nos postos mais elevados. Estão plenamente integradas, com todas as funções acessíveis, embora a maioria ocupe cargos administrativos ou logísticos. No Luxemburgo, que não tem força aérea nem marinha, as mulheres não foram autorizadas a prestar serviço no exército até 1987 e, actualmente, constituem apenas 0,6% do pessoal.

A maior parte dos países mediterrânicos começaram a abrir as suas forças armadas às mulheres nos anos 80 e 90, embora em alguns já houvesse mulheres nos serviços de saúde. A Grécia admitiu sargentos do sexo feminino em funções de apoio em 1979. As academias militares continuaram inacessíveis até 1990 e o acesso à formação militar continua restringido. As mulheres ainda são excluídas das missões de combate mas as primeiras gregas prestaram serviço no mar em 2000 e o primeiro cadete piloto feminino deverá entrar

para a Academia da Força Aérea em 2001. A representação é de cerca de 4%. A Espanha começou a recrutar mulheres em 1988 e Portugal em 1992 e os militares do sexo feminino constituem agora cerca de 6% do total em qualquer dos dois países. A maior parte das funções, incluindo as de combate, são agora acessíveis às mulheres nas Forças Armadas Espanholas, embora continue a haver restrições em algumas especialidades e mais de metade das mulheres ocupe cargos administrativos. As militares portuguesas podem, em teoria, ocupar todos os cargos embora, na prática, os fuzileiros e as especialidades de combate continuem inacessíveis.

Na Turquia, as mulheres foram aceites nas academias militares no final dos anos 50, mas uma mudança drástica da política em 1960 fez com que não fossem admitidas outra vez na formação militar até 1982 e nenhum cadete feminino foi admitido nas escolas militares senão dez anos mais tarde. As militares do sexo feminino turcas, que constituem apenas 0,1% do total, apenas podem prestar serviço como oficiais e estão impedidas de servir nos blindados e na infantaria bem como nos submarinos.

Nos novos países membros da OTAN, os preparativos para a acessão à UE ajudaram a estimular a introdução de oportunidades iguais nas forças armadas nos anos 90, em que também se assistiu ao acesso das mulheres à formação militar nos três países. Actualmente, os militares do sexo feminino representam 3,7% do total na República Checa e mais de 9% na Hungria, mas tendem a continuar nos papéis tradicionais e poucos têm ascendido aos postos mais elevados. Nas Forças Armadas Polacas, a representação é de apenas 0,1% e é provável que continue assim devido à actual reestruturação. Praticamente todas as mulheres ocupam cargos médicos.

Na Alemanha, a *Bundeswehr* restringiu a utilização de mulheres às bandas militares e aos serviços médicos até muito recentemente. Em consequência, a representação feminina continua baixa, 2,8%. Mas graças à luta solitária duma mulher que queria prestar serviço na equipa de apoio de manutenção e a uma decisão do Tribunal de Justiça Europeu de Janeiro de 2000, todos os cargos estão agora acessíveis às mulheres. Um ano depois, foram recrutadas as primeiras mulheres para os postos mais baixos e como sargentos, seguindo-se em Julho de 2001 as primeiras mulheres oficiais. Até agora, a integração das mulheres tem prosseguido tranquilamente e já há mulheres de todos os grupos de carreiras a prestar serviço nas operações dirigidas pela OTAN nos Balcãs.

A Itália foi o último membro da OTAN a excluir as mulheres das forças armadas. Mas, em Setembro de 1999, o parlamento italiano aprovou uma lei autorizando as mulheres a prestar serviço nas forças armadas após anos duma campanha da *Associazione Nazionale Aspiranti Donne Soldato* (associação das candidatas a mulheres soldados), que teve grande apoio popular e do almirante Guido Venturoni, presidente do Comité Militar da OTAN. Para comemorar esta decisão histórica e a primeira admissão de recrutas femininas em 2000, a reunião anual do Comité sobre as Mulheres nas Forças da OTAN em Junho de 2001 teve lugar, a pedido da Itália, excepcionalmente em Roma e não numa cidade da Holanda, o país que na altura presidia. A Itália está a adoptar uma abor-


dagem gradual, centrando-se inicialmente na integração de mulheres no apoio geral em vez de em cargos operacionais e há restrições na admissão às academias militares. Espera-se que isto facilite a integração e dê ao pessoal militar masculino tempo para se adaptar.

As forças armadas alemãs e italianas têm os exemplos dos camaradas Aliados da OTAN para seguir ao iniciarem o caminho da integração mais alargada das mulheres e podem beneficiar dos ensinamentos colhidos e da melhor prática desenvolvida noutros locais. Obviamente, a interacção entre as forças armadas dos diversos membros da Aliança durante os exercícios e operações militares ou as actividades de manutenção da paz desempenha um papel importante na promoção da troca de ideias e de práticas sobre a questão dos sexos.

Mas os países da OTAN onde as mulheres já há muitos anos prestam serviço nas forças armadas também podem aprender uns com os outros, quando têm dificuldade em recrutar e fixar pessoal competente num mercado de trabalho competitivo. Na Noruega, por exemplo, no quadro da estratégia do ministério da defesa para a igualdade dos sexos, foram lançados recentemente vastos programas de mentalização para encorajar as mulheres a permanecer e a concorrer a cargos mais elevados nas forças armadas. A mentalização também é usada em dimensões diferentes em alguns outros países, incluindo o Reino Unido e os Estados Unidos. O Canadá e a Dinamarca lançaram-se numa abordagem de diversificação da gestão. A Dinamarca espera fomentar o recrutamento feminino com a adopção de padrões físicos básicos diferenciados conforme os sexos, mantendo os requisitos para funções fisicamente exigentes iguais para os dois sexos. Mas há uma tendência crescente no sentido de adaptar os padrões físicos aos requisitos da função em vez de aplicar padrões diferentes para cada sexo.

A melhoria da qualidade de vida de todo o pessoal militar e das suas famílias é uma prioridade essencial nos Estados Unidos e em vários outros países. A Bélgica e a Holanda, por exemplo, estão a ensaiar a possibilidade de trabalho a tempo parcial para facilitar a vida das mães com filhos pequenos. Um plano de acção em matéria de política familiar para as Forças Armadas Norueguesas, a ser publicado este Verão, centra-se no apoio às famílias com elementos destacados em operações internacionais. E, na Dinamarca, é dada a máxima atenção possível à situação de trabalho e ciclo de serviço de todo o pessoal para minimizar as tensões sobre a vida familiar, incluindo a possibilidade duma desvalorização temporária sem comprometer as perspectivas de carreira.

As mulheres percorreram um logo caminho nas forças armadas da OTAN durante os últimos 40 anos. Contudo, a fraca representação feminina, especialmente nos postos mais elevados, tem um efeito devastador no desgaste e continua a ser uma questão essencial. A este respeito, a sede da OTAN não deu o exemplo, pois apenas três oficiais do sexo feminino prestam serviço actualmente no Estado-Maior Militar Internacional. Mas, como as mulheres continuam a subir nos postos e a salientar-se nas forças armadas, a situação poderá ser muito diferente num futuro não muito distante. ■

 Mais informação sobre as mulheres nas forças da OTAN pode ser encontrada em www.nato.int/docu/facts/cwinf.htm

Promover as mulheres nas forças da OTAN

Há quarenta anos, em Junho de 1961, delegados da Dinamarca, Holanda, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos reuniram-se em Copenhaga, Dinamarca, para a primeira Conferência da OTAN das Mulheres Oficiais Superiores, que foi organizada pela Associação do Atlântico Dinamarquesa. Manifestaram o desejo de se reunirem regularmente e a esperança de que as apropriadas autoridades da OTAN e nacionais ponderariam o emprego mais alargado de mulheres nas forças armadas.

Mas foi só em 1976, quinze anos depois, que um Comité sobre as Mulheres nas Forças da OTAN foi formalmente reconhecido pelo Comité Militar da OTAN. O número de países da OTAN enviando delegados ou observadores às reuniões do Comité aumentou gradualmente ao longo dos anos. Há actualmente 18 delegados de todos os países da OTAN com excepção da Islândia, que não tem forças armadas. O Canadá assume a presidência durante os próximos dois anos.

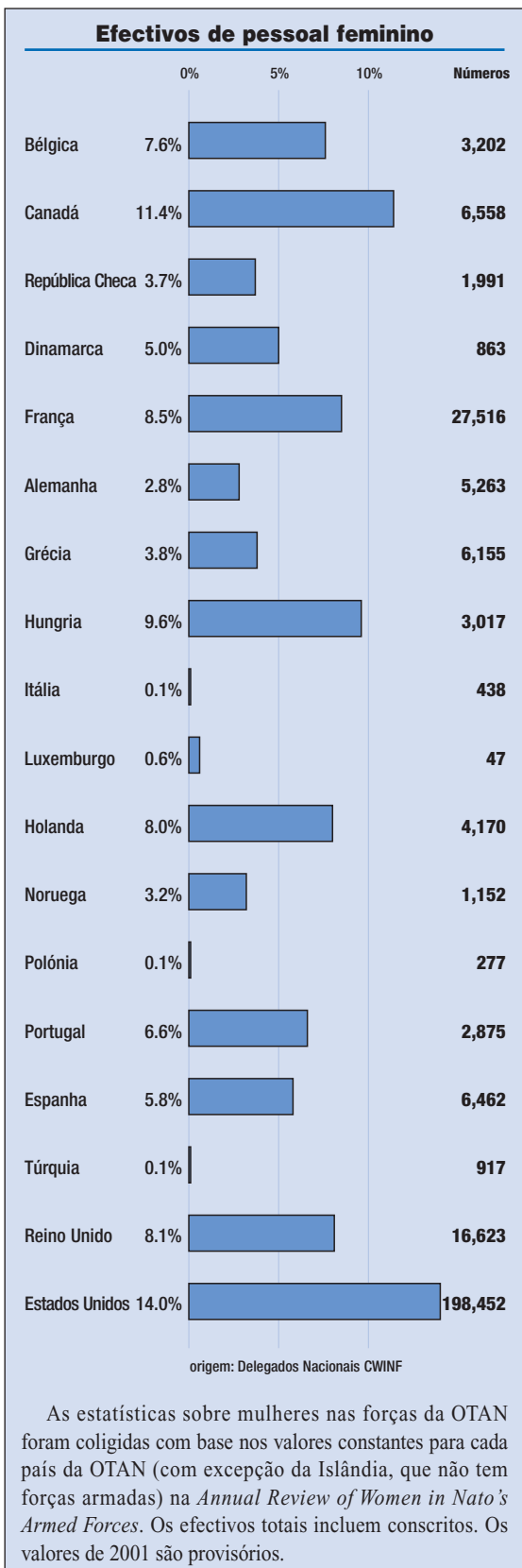
Foi dado um estatuto permanente a um Gabinete sobre as Mulheres nas Forças da OTAN no Estado-Maior Militar Internacional na sede da OTAN no final de 2000. Apoiar os trabalhos do Comité e dos seus três sub-comités nas áreas do treino e desenvolvimento, do recrutamento e emprego, e da qualidade de vida. O Gabinete também procura actuar como repositório de informação e investigação sobre estas questões e promover entre os países da OTAN e Parceiros o conhecimento do emprego efectivo das mulheres nas forças armadas.



© US DoD

Treino de recrutas: um desafio essencial no competitivo mercado de trabalho actual é o recrutamento e fixação de pessoal competente

Mulheres nas forças da OTAN e operações de manutenção da paz



Operações em curso de manutenção da paz da ONU escolhidas

		Início da operação	Pessoal	Custo até 1999/00 milhões USD	Estimado 2000/01 milhões USD
UNTSO	United Nations Truce Supervision (Middle East)	1948	154	606	23
UNFICYP	United Nations Peacekeeping Force in Cyprus	1964	1,219	1,019	43
UNDOF	United Nations Disengagement Observer Force (Israel)	1974	1,120	786	37
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon	1978	4,922	3,118	147
MINURSO	United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara	1991	231	389	49
UNIKOM	United Nations Iraq-Kuwait Observer Mission	1991	1,115	521	53
UNOMIG	United Nations Observer Mission in Georgia	1993	102	115	30
UNAMSIL	United Nations Mission in Sierra Leone	1999	12,439	267	504
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor	1999	8,087	350	584
MONUC	United Nations Organisation Mission in DROC	1999	258	59	141

Operações em curso de manutenção da paz não da ONU escolhidas

		Início da operação	Pessoal	Custo até 1999/00 milhões USD	Estimado 2000/01 milhões USD
MFO	Multinational Force and Observers (Egypt)	1982	1,844	1,385	51
SFOR	NATO-led Stabilisation Force (Bosnia)	1996	22,800	13,000	2,700
Belisi	Peace Monitoring Group in Bougainville	1998	262	55	14
KFOR	NATO-led Kosovo Force	1999	50,000	7,000	6,000

Operações passadas de manutenção da paz da ONU escolhidas

		Data da operação	Pessoal	Custo milhões USD
UNEF I	First United Nations Emergency Force	1956-67	6,073	214
UNOGIL	United Nations Observer Group in Lebanon	1958	591	4
ONUC	United Nations Operation in the Congo	1960-64	19,828	400
UNYOM	United Nations Yemen Observer Mission	1963	239	2
UNEF II	Second United Nations Emergency Force	1973-79	6,973	446
UNIIMOG	United Nations Iran-Iraq Military Observer Group	1988-91	400	178
UNTAG	United Nations Transition Assistance Group	1989-90	5,993	369
ONUCA	United Nations Observer Group in Central America	1989-92	1,098	89
UNAVEM I, II, III	United Nations Angola Verification Mission I, II, III	1989-97	7,546	944
ONUSAL	United Nations Observer Mission in El Salvador	1991-95	683	107
UNTAEC	United Nations Transitional Authority in Cambodia	1992-93	19,159	1,600
ONUMOZ	United Nations Operations in Mozambique	1992-94	8,125	471
UNOSOM I,II	United Nations Operations in Somalia I, II	1992-95	28,000	2,300
UNPROFOR	United Nations Protection Force	1992-95	30,869	4,600
UNAMIR	United Nations Assistance Mission for Rwanda	1993-96	5,500	437
UNMIH	United Nations Mission in Haiti	1993-96	1,549	516
UNPREDEP	United Nations Preventive Deployment Force	1995-99	1,110	176
UNTAES	United Nations Transitional Administration for Eastern Slavonia	1996-98	5,344	558
MINUGUA	United Nations Verification Mission in Guatemala	1997	188	15
UNOMA	United Nations Observer Mission in Angola	1997-99	1,156	181
MINURCA	United Nations Mission in the Central African Republic	1998-00	1,252	86

Operações passadas de manutenção da paz não da ONU

		Data da operação	Pessoal	Custo milhões USD
ECOMOG	ECOWAS Military Observer Group (Liberia)	1990-98	12,400	525
UNTAF	Unified Task Force in Somalia	1992-93	40,000	2,500
IFOR	NATO-led Implementation Force (Bosnia)	1995-96	60,000	5,000
Alba	Multinational Protection Force (Albania)	1997	6,294	175
MISAB	Mission Interafricaine de Surveillance des Accords de Bangui	1997	1,578	102
AFOR	NATO Albania Force	1999	5,500	650
INTERFET	International Force in East Timor	1999	11,310	421

As estatísticas acima são do 2000 *Chart of Armed Conflict*, publicado em *The Military Balance 2000-2001* pelo International Institute for Strategic Studies de Londres. Os dados são considerados correctos em relação a 30 de Junho de 2000.



NATO 2000

CD-Rom que traça a evolução da Aliança e descreve a adaptação que sofreu para enfrentar os desafios da segurança do século XXI

NATO and Russia: Partners in Peacekeeping

Folheto informativo descrevendo a cooperação prática no terreno entre os soldados da paz russos e da OTAN nos Balcãs

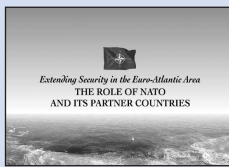
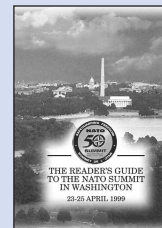


KOSOVO - ONE YEAR ON - Achievement and Challenge

Relatório do Secretário-Geral da OTAN Lord Robertson

The Reader's Guide to the Washington Summit

Compilação de todos os textos e declarações oficiais publicadas na Cimeira da OTAN de Washington em Abril de 1999, incluindo informação de apoio sobre os programas e actividades da Aliança



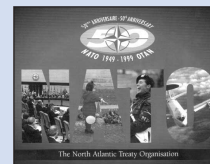
Extending Security :

The Role of NATO and its Partner Countries

Folheto ilustrado que descreve como OTAN funciona e cobre o desenvolvimento da política nas principais áreas de actividade da Aliança

NATO at 50

Folheto de introdução à história da Aliança, com visão geral dos principais temas da actual agenda da OTAN



NATO Topics

Apresentação visual da Aliança indicando as grandes etapas da evolução da OTAN e as principais questões da sua actual agenda (apenas edição electrónica: www.nato.int/docu/topics/2000/home)

NATO Update

Folha de informação semanal que cobre resumidamente as actividades e acontecimentos da OTAN, dando uma visão geral das iniciativas da Aliança. (apenas edição electrónica: www.nato.int/docu/update/index)



TODAS AS PUBLICAÇÕES EXISTEM EM INGLÊS E FRANCÊS E MUITAS DELAS NOUTRAS LÍNGUAS

Todas as informações e pedidos devem ser dirigidos a:
Office of Information and Press - Distribution Unit
Bld Leopold III - 1110 BRUSSELS
Tel: 00-32-2 707 5009
Fax : 00-32-2 707 12 52
E-mail : distribution@hq.nato.int

Versões electrónicas destas publicações existem no web site da OTAN em www.nato.int

O web site também publica declarações oficiais, comunicados à imprensa e discursos e outras informações sobre as estruturas, política e actividades da Aliança, oferecendo também vários serviços on-line.

organização do tratado do atlântico norte



*bélgica
canadá
república checa
dinamarca
frança
alemanha
grécia
hungria
islândia
itália
luxemburgo
holanda
noruega
polónia
portugal
espanha
turquia
reino unido
estados unidos*